BMGB B3 LISTED N1

Demonstrações financeiras consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Índice

Relatório da Administração 1
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria do Banco bmg 5
Parecer do Conselho Fiscal 7
Balanço Patrimonial Consolidado 8
Demonstração Consolidada do Resultado 10
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente 11
Demonstração Consolidada das Mutações no Patrimônio Líquido 12
Demonstração Consolidadas dos Fluxos de Caixa 13
1. Informações gerais 14
2. Resumo das práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas 14
3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos 27
4. Gestão de risco financeiro 28
5. Disponibilidades 42
6. Ativos financeiros 42
7. Instrumentos financeiros derivativos 43
8. Ativos financeiros ao custo amortizado – operações de crédito e devedores diversos 46
9. Imobilizado 50
10. Intangível 50
11. Outros ativos 51
12. Passivos financeiros 51
13. Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros 52
14. Obrigações por empréstimos e repasses 52
15. Depósito de clientes 53
16. Obrigações por títulos e valores mobiliários, letras financeiras e Compromissadas 53
17. Letras financeiras subordinadas 54
18. Outros passivos financeiros 54
19. Provisões 55
20. Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) correntes e diferidos 56
21. Outros passivos 58
22. Capital social e reservas 59
23. Lucro por ação 61
24. Resultado 61
25. Receitas de prestação de serviços 63
26. Dividendos e juros sobre capital próprio 63
27. Transações com partes relacionadas 64
28. Outras informações 66
ANEXO I - Demonstração Consolidada do Valor Adicionado 68
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras
Declaração do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco Bmg S.A. e de suas Controladas (“Banco”), em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), apresenta as Demonstrações Financeiras em IFRS do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, juntamente com o relatório dos auditores independentes.

Banco Bmg

O maior compromisso do Banco Bmg ao longo de seus quase 100 anos de história sempre foi com as pessoas e suas necessidades. Por isso, trabalhamos para manter nosso banco atual, tecnológico, ágil e sobretudo, humano.

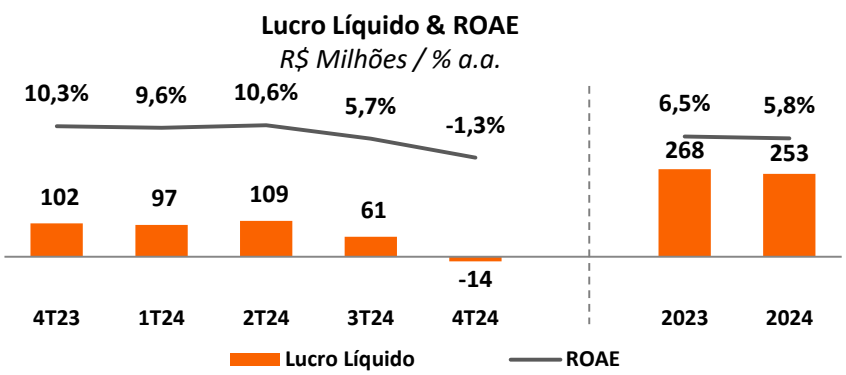
Atendendo a milhões de clientes por todo o Brasil, o Bmg dispõe de um portfólio de soluções financeiras que abrange diversos públicos. Atuamos desde o mercado consignado, sendo nosso principal foco os clientes consignáveis acima dos 50 anos, passando por clientes que possuem conta digital, seguros, assalariados que desejam antecipação do saque-aniversário FGTS, crédito pessoal e até mesmo investidores que desejam aplicar seus recursos com segurança.

Acreditamos que para sermos presentes na vida dos nossos clientes precisamos estar prontos para ajudar sempre que ele precisar, independente do canal ou forma de relacionamento: como, quando e onde ele desejar. Por isso, atuamos de forma complementar em canais físicos e digitais unindo a tecnologia do mundo digital com a sensibilidade humana do mundo físico.

Em nossas principais verticais de atuação temos: Varejo, Atacado e Seguridade. Estamos evoluindo para um Banco melhor, mais forte e mais rentável com o objetivo de crescer e gerar resultados sustentáveis que trazem valor para os nossos acionistas, clientes, colaboradores e sociedade em geral.

Desempenho Financeiro

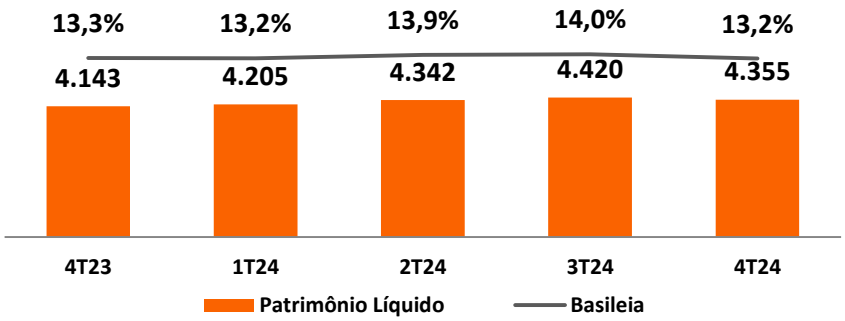
O Lucro líquido atribuível a controladora no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 253 milhões, redução de 5,6% em relação ao mesmo período de 2023. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) atingiu 5,8% ao ano no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.



O Patrimônio Líquido atribuível a controladora em 31 de dezembro de 2024 atingiu o valor de R$ 4.355 milhões e o índice de capitalização ponderado pelo risco dos ativos (Índice de Basileia) correspondeu a 13,2%. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco declarou R$ 215,6 milhões de Juros sobre o Capital Próprio, dos quais R$ 68,6 milhões foram declarados referentes ao quarto trimestre de 2024 e pagos em 18 de dezembro de 2024.

Patrimônio Líquido & Basileia

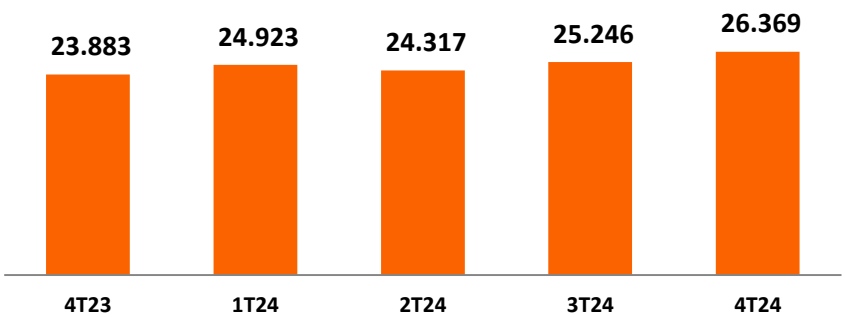
R$ Milhões / %



A carteira total consolidada de operações de crédito encerrou 31 de dezembro de 2024 com saldo de R$ 26.369 milhões, aumento de 10,4% em comparação ao mesmo período de 2023.

Carteira de Crédito

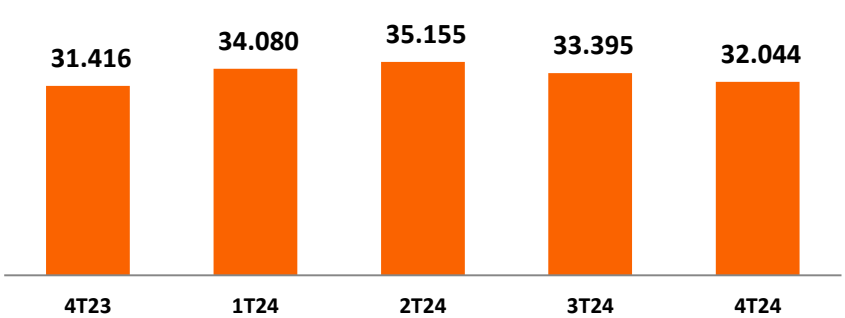
R$ Milhões



A captação total consolidada encerrou 31 de dezembro de 2024 com saldo de R$ 32.044 milhões, representando um aumento de 2,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. A principal fonte de captação, os depósitos, representa 76,9% do *funding*. Ainda, o Banco tem como estratégia ser um emissor recorrente no mercado de capitais, com o objetivo de aproximar dos investidores institucionais, fomentar a liquidez do Bmg e criar referência de curva de juros no mercado institucional.

Captação

R$ Milhões



No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, os investimentos do Banco em controladas totalizaram R$ 157 milhões, sendo a principal variação o saldo de investimento na Bmg Corretora e venda da Granito.

Princípios ASG

O Bmg é um banco com DNA social. Desde sua fundação, busca contribuir para que pessoas e negócios prosperem, promovendo a bancarização, oferecendo produtos de qualidade e educação financeira a quem mais precisa, contribuindo assim para a inclusão social de inúmeros cidadãos brasileiros. Nosso compromisso é fortalecer o relacionamento com essas pessoas, sempre por meio de um atendimento simples, acessível e acolhedor, baseado na ética, na confiança e no respeito.

Os princípios ASG (Ambiental, Social e de Governança) estão incorporados ao nosso jeito de fazer negócio, desde o desenvolvimento e oferta de produtos e serviços de qualidade até um atendimento humanizado, empático e acessível aos clientes, passando também pelo desenvolvimento e bem-estar dos nossos colaboradores. Além disso, temos uma forte atuação no desenvolvimento social das comunidades onde atuamos, contribuindo assim para construção de uma sociedade mais justa e igualitária e para a sustentabilidade do nosso planeta.

Nos últimos anos, o Bmg vem robustecendo sua atuação ASG a partir da estruturação de uma base sólida, do compliance, da adesão a compromissos públicos de grande relevância, da criação e fortalecimento do Instituto Marina e Flávio Guimarães e da construção do plano estratégico ASG.

Em julho de 2024, o Banco publicou o primeiro Relatório de Sustentabilidade, disponível no site de Relações com Investidores do Banco (www.bancobmg.com.br/ri). O Relatório foi desenvolvido com base nos padrões da Global Reporting Initiative (GRI), observando parte das diretrizes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Contempla também indicadores da Sustainability Accounting Standards Board (SASB), os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ODS) e as diretrizes do International Integrated Reporting Council (IIRC), publicadas pela International Financial Reporting Standards Foundation.

Além disso, o Bmg é signatário de movimentos importantes como Pacto Global da ONU, Agenda Positiva do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Pacto de Promoção pela Equidade Racial, Rede Empresarial de Inclusão Social, Movimento Mulher 360, Women on Board (WOB), Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, OUTstand Brasil e Pacto Empresarial pela Integridade e Contra Corrupção (Empresa Limpa) do Instituto Ethos.

Governança Corporativa

O Banco possui uma estrutura robusta de governança corporativa. Além das obrigações estabelecidas no Nível 1 de governança corporativa da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão, o Banco adotou por boas práticas algumas das obrigações estabelecidas no Novo Mercado: (i) o direito de *tag along* de 100%, garantindo a todos os acionistas o mesmo preço e condições oferecidas ao acionista controlador em caso de venda de controle; (ii) divulgação simultânea em português e inglês de resultados e fatos relevantes; e (iii) Conselho de Administração composto por 2 ou 20% (o que for maior) de Conselheiros Independentes, sendo que atualmente 44% é composto por membros independentes, incluindo a presidente. Ainda, o Banco conta com: (i) Comitê de Auditoria composto por um membro independente, (ii) com outros 5 comitês subordinados diretamente ao Conselho de Administração, todos com a presença de membros independentes; e (iii) Conselho Fiscal permanente aprovado em Assembleia.

O Banco tem desenvolvido, com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos aos quais suas atividades estão expostas, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Para maiores informações sobre governança corporativa acesse: **www.bancobmg.com.br/ri.**

Relacionamento com os Auditores Independentes

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco Bmg não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa.

Gestão de Capital

A avaliação da suficiência de capital é realizada de forma contínua para assegurar que o Banco mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das suas atividades. Considera ainda uma visão prospectiva, pois se antecipa a possíveis mudanças nas condições de mercado.

Agradecimentos

Todas essas realizações refletem o firme propósito dos Acionistas e da Administração na busca contínua para superar expectativas e oferecer sempre um serviço de alta qualidade aos seus clientes e um ambiente saudável aos seus colaboradores.

São avanços que se concretizam graças ao apoio e à confiança dos nossos clientes e ao trabalho dedicado do quadro de colaboradores e, parceiros/correspondentes.

A todos eles, nossos agradecimentos.

À ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 17 de fevereiro de 2025

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO BANCO BMG

Segundo semestre de 2024

O Comitê de Auditoria, na forma da Resolução 4.910/21, editada pelo Banco Central do Brasil, e do seu regimento interno, tem como competência zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras, pela eficiência e confiabilidade do Sistema de Controles Internos, pela atuação, com independência e qualidade, das auditorias interna e externa, bem como pela apreciação da conformidade das operações e negócios da instituição com os dispositivos legais, os regulamentos e as políticas da sociedade. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações colhidas junto à administração, nas fontes acima citadas e nas suas próprias análises e observações.

Atividades Exercidas no Período:

O Comitê de Auditoria realizou, no segundo semestre de 2024, 07 (sete) reuniões. Adicionalmente, foram realizadas 03 (três) reuniões neste primeiro semestre de 2025 para avaliação final das demonstrações contábeis da data-base de 31/12/2024, dentre outros assuntos, tendo sido a última em conjunto com o Conselho de Administração, nesta data. Todos os membros do Comitê de Auditoria são também Conselheiros da Instituição e participam de todas as reuniões, assim como o seu CEO e o Superintendente de Auditoria Interna.

Sistemas de controles internos e de Gerenciamento de Riscos:

No segundo semestre de 2024 o BMG continuou aprimorando e atualizando as suas normas e procedimentos e fortalecendo do processo de Governança Corporativa. O Comitê acompanhou os trabalhos das áreas contábil, de gerenciamento de riscos e de capital, de Controles Internos e Compliance, do atendimento às demandas do Banco Central do Brasil, dos Auditores Externos, da Auditoria Interna e da Ouvidoria, além do processo de apuração de fraudes internas e externas e de prevenção a fraudes, assim como das contingências cíveis, fiscais e trabalhistas, além dos rankings de reclamações divulgados pelo Banco Central do Brasil. O Comitê de Auditoria, com base nesse conjunto de informações e em suas próprias averiguações e reuniões, avalia como efetivos os Controles Internos do BMG, entendendo que os esforços empreendidos nos últimos semestres e os em andamento vêm contribuindo, efetivamente, para fortalecer o processo de governança, com o efetivo engajamento de todos os níveis da Administração.

Auditoria Interna:

O Comitê de Auditoria, além de discutir e aprovar a formulação dos planos de trabalho da área, recebeu todos os relatórios dos trabalhos realizados, com monitoramento da implementação de planos de ação recomendados, manteve reuniões com a área e avalia positivamente a sua abrangência, qualidade e o seu nível de independência, além do atendimento aos princípios de diligência, integridade e ética profissional. Nos trabalhos realizados pela Auditoria Interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a continuidade dos negócios da Instituição BANCO BMG S.A. e suas Controladas.

Auditoria Externa:

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro BMG, devendo certificar que elas representem de forma adequada, nos seus aspectos relevantes, a sua efetiva situação econômica e financeira, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O Comitê discutiu com os auditores externos o planejamento dos seus trabalhos e as suas principais conclusões, considerando-os adequados, não tendo sido evidenciados fatos relevantes que pudessem comprometer a sua independência.

Demonstrações Financeiras:

O Comitê de Auditoria analisou os aspectos que envolvem o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Relatórios Financeiros e Relatório da Administração, com data-base de 31/12/2024, tendo, ainda, realizado reunião conjunta com os responsáveis pela elaboração desses documentos e com os Auditores Externos, para informações e esclarecimentos adicionais julgados necessários. Além disso, foram analisadas as práticas contábeis utilizadas pelo BMG na elaboração das demonstrações financeiras, estando as mesmas alinhadas à legislação e regulamentação vigentes, retratando, adequadamente, a situação econômica e financeira da Instituição.

Conclusões:

O Comitê de Auditoria não recebeu, até a presente data, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Instituição que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que pudessem colocar em risco a sua continuidade ou a integridade de suas demonstrações financeiras.
Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras do BMG relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2025

Dorival Dourado Jr

José Eduardo Gouveia Dominicale

Marco Antonio Antunes
(Presidente e Membro Especialista)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No exercício de suas atribuições legais e estatutárias, os membros do Conselho Fiscal do Banco Bmg S.A., após exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standard Board" ("IASB"), concluíram que todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., refletem a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pelo Banco no exercício.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2025.

Roberto Faldini
Conselheiro Coordenador

Fernando Antônio Fraga Ferreira
Conselheiro

Flávio de Sousa Franco
Conselheiro

Docusign Envelope ID: B0AF22EA-BF16-4834-9B87-C91371191DFC

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Bmg S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bmg S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

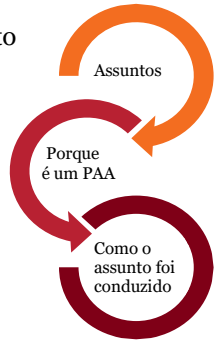
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bmg S.A. ("Banco") e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Docusign Envelope ID: B0AF22EA-BF16-4834-9B87-C91371191DFC

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perdas esperadas (*impairment*) sobre operações de crédito (Notas 2.9, 3.a, 6 e 8)	
O saldo de operações de crédito do Banco e suas controladas é composto principalmente por operações de crédito de varejo e atacado. A provisão para perda esperada, considera os requerimentos da IFRS 9 e foi definida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que envolve um elevado nível de julgamento da administração na classificação das operações de crédito nos estágios previstos na IFRS 9, bem como na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo a situação financeira da contraparte, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e a realização das garantias.	Realizamos a atualização do entendimento do processo desenvolvido pelo Banco para a correta aplicação do IFRS 9 , bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a aderência aos requisitos da referida norma. Em relação à metodologia de *impairment*, aplicamos determinados procedimentos de auditoria relacionados a: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos da IFRS 9; (ii) entendimento e testes relacionados à mensuração da provisão para perda esperada que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela administração; (iii) testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação. Adicionalmente, realizamos testes sobre a alocação das operações de crédito nos seus respectivos estágios, conforme requisitos da IFRS 9, e análise das divulgações realizadas pela administração em atendimento aos requisitos da IFRS 9. Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração na mensuração e registro da provisão para perdas esperadas requerida pela IFRS 9, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Realização de crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social (Notas 2.15, 3(c) e 20)	
O crédito tributário oriundo substancialmente de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, é reconhecido com base nas alíquotas promulgadas ou substancialmente promulgadas para quanto o referido crédito for	Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização de nosso entendimento sobre o processo estabelecido pela administração para apuração e mensuração dos créditos tributários e seu registro nos termos das normas contábeis aplicáveis.

Docusign Envelope ID: B0AF22EA-BF16-4834-9B87-C91371191DFC

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
realizado e na medida que a administração considera provável que o Banco e suas controladas irão gerar lucro tributário futuro. A projeção de lucro tributário contempla premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela administração. Esse assunto é uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente a estimativa para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, bem como no atendimento aos requisitos das IFRS relativo ao registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas.	Atualizamos nosso entendimento, realizado em conjunto com nossos especialistas internos, sobre as principais premissas adotadas pela administração em seu processo de avaliação das perspectivas de realização desses créditos fundamentada nas projeções de lucros tributários para o Banco e suas controladas. Obtivemos o estudo de projeção de lucro tributário aprovado pelo Conselho de Administração e, com base nessas informações, analisamos a consistência das principais premissas com as utilizadas em estudos de anos anteriores combinado com o cenário atual. Observamos a razoabilidade das informações divulgadas nas notas explicativas. Constatamos que os estudos de realização dos créditos tributários estão alinhados com as metodologias adotadas no exercício anterior, bem como consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da realização dos mesmos são consistentes em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.
Provisões e passivos contingentes (Notas 2.14, 3(b) e 19)	
O Banco e suas controladas são partes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, propostos por terceiros e órgãos públicos, de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias. Os processos judiciais de natureza trabalhista e tributária estão sob a tutela de advogados externos especializados tanto no que tange a determinação do prognóstico de perda, quanto na apuração dos valores relacionados a provável saída de recursos. Os processos cíveis, muito embora contem com o suporte externo de advogados especializados, são provisionados com base em metodologia prevista em políticas internas que considera os valores médios de desembolso.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram a atualização de nosso entendimento dos processos referentes à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração e registro das provisões e processos, bem como testes quanto a totalidade e integridade da base de dados. Efetuamos também, em base de testes, procedimentos de confirmação de informações junto aos assessores jurídicos internos e externos responsáveis pelo acompanhamento de processos com natureza tributária, visando obter informações quanto a avaliação do andamento e prognóstico de perda dos processos relevantes. Para os processos trabalhistas e cíveis, também efetuamos confirmação de informações junto aos assessores jurídicos, tendo efetuado testes de consistência

Docusign Envelope ID: B0AF22EA-BF16-4834-9B87-C91371191DFC

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
O encerramento dos processos envolve discussões que podem se alongar a depender da natureza da matéria, bem como da evolução jurisprudencial. Esse assunto é uma área de foco de auditoria pela natureza dos processos em discussão e pelos aspectos subjetivos de determinação da probabilidade de perda atribuída.	entre as bases de dados do Banco e suas controladas e dos advogados. Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda/desembolso, quando aplicável, relacionadas a contingências, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Analisamos a coerência do prognóstico de perda das causas tributárias mais significativas em face a evolução jurisprudencial e técnica. Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável quanto a base para constituição da provisão para processos com perspectiva de perda provável.
Análise do valor recuperável - ágio (Notas 2.11, 3(d) e 10)	
Os ágios registrados no ativo intangível do Banco são principalmente de combinações de negócios ocorridas em exercícios anteriores. A IAS 36 estabelece que o ágio apurado em combinação de negócios deve ser objeto de teste quanto ao seu valor recuperável (*impairment*) no mínimo anualmente. Para a realização do teste de valor recuperável, a administração considera em seus estudos e projeções premissas de natureza subjetiva que são por ela mesma estabelecidas. Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas no teste de valor recuperável poderia modificar significativamente o valor de avaliação do valor recuperável dos ágios constituídos.	Atualizamos nosso entendimento sobre os controles internos relevantes estabelecidos pela administração, relacionados ao teste do valor recuperável do ágio. Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nosso entendimento das premissas adotadas pela administração. Efetuamos, entre outros procedimentos, análise das principais premissas adotadas pela administração em seu processo relacionado ao teste do valor recuperável dos ágios, bem como realizamos a análise de coerência geral lógica e aritmética dos cálculos das projeções apuradas pela administração. Realizamos reuniões com a alta administração para obtermos entendimento sobre o processo de elaboração dos orçamentos e suas aprovações, bem como realizamos testes quanto a consistência da expectativa de resultados projetados em comparação aos resultados realizados em exercícios anteriores.

Docusign Envelope ID: B0AF22EA-BF16-4834-9B87-C91371191DFC

Banco Bmg S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração estão alinhados com as metodologias adotadas no exercício anterior e são consistentes em relação a manutenção do valor recuperável do ágio.
Ambiente de Tecnologia de Informação	
O elevado volume de operações diárias realizadas pelo Banco requer uma estrutura complexa de ambiente de tecnologia para processamento dessas transações. Dessa forma, a não adequação da Tecnologia da Informação e dos respectivos controles que a suportam, poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões, assim como paradas operacionais. Considerando os aspectos acima, o ambiente de Tecnologia da Informação é uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria consideram a atualização de nosso entendimento sobre o ambiente de Tecnologia de Informação que suportam as demonstrações financeiras consolidadas. Analisamos os principais controles gerais do ambiente de Tecnologia da Informação relacionados às informações financeiras que consideram também aspectos relacionados a acessos, mudanças e desenvolvimento dos sistemas. Adicionalmente, testamos controles automatizados e manuais dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios relacionados aos principais processos de negócios do Banco. Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências de auditoria que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Docusign Envelope ID: B0AF22EA-BF16-4834-9B87-C91371191DFC

Banco Bmg S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Docusign Envelope ID: B0AF22EA-BF16-4834-9B87-C91371191DFC

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável,as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos

Docusign Envelope ID: B0AF22EA-BF16-4834-9B87-C91371191DFC

Banco Bmg S.A.

aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Fábio de Oliveira Araújo
Signed By: FABIO DE OLIVEIRA ARAUJO:27382814866
CPF: 27382814866
Signing Time: 17 de fevereiro de 2025 | 17:01 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Issuer: AC SERASA RFB v5
ICP Brasil
1295B63D319F49F...

Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP241313/O-3

BANCO BMG S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

Ativo	NE	2024	2023
Disponibilidades	**5**	**155.772**	**525.971**
Ativos Financeiros		**41.095.187**	**36.285.676**
Ao Custo Amortizado		**34.285.835**	**31.873.927**
Depósitos compulsórios no Banco Central	6	1.355.174	1.818.451
Aplicações no mercado aberto	5	1.549.131	348.683
Aplicação em depósitos interfinanceiros	6	200.046	51.994
Títulos e Valores Mobiliários	6	6.415.522	6.547.014
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras	6	7.041	9.699
Operações de crédito	6/8	26.368.902	23.882.857
Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)	6/8	(2.415.819)	(1.876.192)
Devedores diversos	6/8	805.838	1.091.421
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		**5.724.801**	**3.296.539**
Títulos e Valores Mobiliários	6	5.724.801	3.296.539
Ao Valor Justo por meio do Resultado		**1.084.551**	**1.115.210**
Instrumentos financeiros derivativos	6/7	302.282	69.452
Títulos e Valores Mobiliários	6	782.269	1.045.758
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	**4.10**	**156.969**	**132.818**
Imobilizado	**9**	**63.367**	**64.600**
Intangível	**10**	**1.636.603**	**1.538.062**
Ativos Fiscais		**4.131.983**	**3.795.326**
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		96.231	131.316
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	20	3.617.023	3.240.678
Outros impostos e contribuições a recuperar	20	418.729	423.332
Depósitos judiciais	**19**	**555.418**	**473.657**
Investimentos mantidos para venda	**4.10**	**94.000**	
Ativos não correntes destinados à venda		**11.923**	**9.627**
Outros ativos	**11**	**536.569**	**893.627**
Total do ativo		**48.437.791**	**43.719.364**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO BMG
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

Passivo e patrimônio líquido	NE	2024	2023
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		**41.829.329**	**36.592.073**
Depósitos de clientes	15	25.009.524	26.481.832
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros	13	23.851	45.495
Obrigações por empréstimos e repasses	14	1.931.958	655.403
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	16	5.855.399	3.867.869
Letras financeiras subordinadas	17	1.072.393	1.010.869
Operações compromissadas	12	6.931.150	3.577.479
Outros passivos financeiros	18	1.005.054	953.126
Ao Valor Justo por meio do Resultado		**203.278**	**137.382**
Instrumentos financeiros derivativos	12/7	203.278	137.382
Provisões	**19**	**1.023.670**	**873.467**
Obrigações Fiscais		**347.394**	**245.320**
Imposto de renda e contribuição social a recolher		243.774	127.414
Outros impostos e contribuições a recolher		103.620	117.906
Outros passivos	**21**	**627.527**	**1.690.863**
Total do passivo		**44.031.198**	**39.539.105**
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora		**4.354.800**	**4.143.010**
Capital social	22(a)	3.742.572	3.742.572
Reservas de capital		14.070	25.242
Outros resultados abrangentes acumulados	22(b)	338.624	172.629
Reservas de lucros	22(c)	723.129	488.317
Prejuízos acumulados		(452.494)	(285.397)
Ações em tesouraria		(11.101)	(353)
Participação dos não controladores		**51.793**	**37.249**
Total do patrimônio líquido		**4.406.593**	**4.180.259**
Total do passivo e patrimônio líquido		**48.437.791**	**43.719.364**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO BMG S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	NE	2024	2023
Receita de juros e rendimentos similares	24 (a)	8.743.116	7.402.813
Despesa de juros e encargos similares	24 (a)	(4.029.407)	(4.752.834)
Receita líquida de juros		**4.713.709**	**2.649.979**
Receita de prestação de serviços	25	173.042	256.211
Resultado de participação em coligadas		68.295	12.646
Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros	24 (b)	(1.222.261)	492.371
Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	8 (e)	(1.885.183)	(1.555.222)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo		180.602	190.928
Despesas gerais e administrativas	24 (c)	(1.696.198)	(1.702.690)
Despesas tributárias	24 (d)	(194.117)	(177.503)
Outras receitas (despesas) operacionais	24 (e)	(88.575)	(142.306)
Outros resultados não operacionais	28 (e)	72.607	116.840
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**121.921**	**141.254**
Imposto de renda e contribuição social corrente	20 (b)	(400.112)	(152.400)
Imposto de renda e contribuição social diferido	20 (b)	557.540	298.376
Lucro líquido do exercício		**279.349**	**287.230**
Atribuível a:			
Controladora do Grupo		252.860	267.921
Participação de não-controladores		26.489	19.309
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	**23**	**0,4342**	**0,4595**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO BMG
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	NE	2024	2023
Lucro líquido do exercício		**279.349**	**287.230**
Outros componentes do resultado abrangente			
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado			
Variação no valor justo por meio de outros resultados abrangentes - TVM		86.609	274.448
Impostos e contribuições diferidos sobre outros resultados abrangentes – TVM		(40.326)	(131.407)
Hedge de fluxo de caixa		229.697	(234.971)
Impostos e contribuições diferidos sobre hedge de fluxo de caixa		(109.985)	111.746
Variação em outros resultados abrangentes	**22 (b)**	**165.995**	**19.816**
Total do resultado abrangente do exercício		**445.344**	**307.046**
Atribuível a			
Controladora do banco		418.855	287.737
Participação dos não controladores		26.489	19.309

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO BMG
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**3.742.572**	**13.550**	**539.946**	**152.813**	**(462)**	**(348.656)**	**4.099.763**	**31.104**	**4.130.867**
Adoção IFRS 17			(5.738)				**(5.738)**		**(5.738)**
Saldos em 01 de janeiro de 2023	**3.742.572**	**13.550**	**534.208**	**152.813**	**(462)**	**(348.656)**	**4.094.025**	**31.104**	**4.125.129**
Lucro líquido do exercício						267.921	**267.921**	19.309	**287.230**
Outros resultados abrangentes				19.816			**19.816**		**19.816**
Total resultado abrangente do exercício				**19.816**		**267.921**	**287.737**	**19.309**	**307.046**
Movimentação da participação dos não controladores								(13.164)	**(13.164)**
Ações em tesouraria			(109)		109				
Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações		11.692					**11.692**		**11.692**
Utilização de reservas			(31.443)				**(31.443)**		**(31.443)**
Destinação do lucro líquido do exercício									
Constituição de reservas			204.662			(204.662)			
Juros sobre capital próprio (nota 22(d))			(219.001)				**(219.001)**		**(219.001)**
Total das transações com acionistas		**11.692**	**(45.891)**		**109**	**(204.662)**	**(238.752)**	**(13.164)**	**(251.916)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.742.572**	**25.242**	**488.317**	**172.629**	**(353)**	**(285.397)**	**4.143.010**	**37.249**	**4.180.259**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.742.572**	**25.242**	**488.317**	**172.629**	**(353)**	**(285.397)**	**4.143.010**	**37.249**	**4.180.259**
Lucro líquido do exercício						252.860	**252.860**	26.489	**279.349**
Outros resultados abrangentes				165.995			**165.995**		**165.995**
Total resultado abrangente do exercício				**165.995**		**252.860**	**418.855**		
Movimentação da participação dos não controladores								(11.945)	**(11.945)**
Ganho de capital			(192)				**(192)**		**(192)**
Ações em tesouraria			(52)		(10.748)		**(10.800)**		**(10.800)**
Constituição de reservas		(11.172)	30.382				**19.210**		**19.210**
Destinação do lucro líquido do exercício									
Constituição de reservas			419.957			(419.957)			
Juros sobre capital próprio (nota 22(d))			(215.283)				**(215.283)**		**(215.283)**
Total das transações com acionistas		**(11.172)**	**234.812**		**(10.748)**	**(419.957)**	**(207.065)**	**(11.945)**	**(219.010)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**3.742.572**	**14.070**	**723.129**	**338.624**	**(11.101)**	**(452.494)**	**4.354.800**	**51.793**	**4.406.593**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO BMG
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício atribuível aos controladores	252.860	267.921
Ajuste ao lucro líquido atribuível aos controladores		
Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações		11.692
Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	1.885.183	1.555.222
Resultado de participações em coligadas	(92.446)	(12.646)
Depreciações	26.323	18.539
Amortização	148.029	104.605
Provisão para causas judiciais	150.203	52.023
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(557.540)	(298.376)
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em ativos e passivos	990.528	21.673
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(20.019)	(1.966)
Lucro Líquido Ajustado	**2.783.121**	**1.718.687**
Variação do capital circulante		
Redução (Aumento) em depósitos compulsórios no Banco Central	463.277	(428.831)
Redução em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	169.489	472.540
(Aumento) em valor justo por meio de outros resultados abrangentes - TVM	(2.260.690)	(964.516)
(Aumento) Redução em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	(4.570.056)	606.425
Redução em impostos e contribuições a recuperar	39.688	(25.544)
Redução em impostos e contribuições diferidos	181.196	(29.540)
(Aumento) em ativos não correntes destinados à venda	(4.985)	(82.875)
Redução em outros ativos	424.006	488.259
(Redução) em depósitos judiciais	(81.760)	(75.983)
(Redução) Aumento em passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(166.933)	219.344
Aumento (Redução) em passivos financeiros ao custo amortizado	4.956.869	(984.463)
Aumento em imposto de renda e contribuição social corrente	253.073	204.751
(Redução) em outros passivos e provisões	(1.218.430)	(578.098)
Caixa gerado pelas operações	**967.865**	**540.156**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(150.999)	(165.375)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**816.866**	**374.781**
Fluxos de caixa das Atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado de uso	(26.519)	(13.602)
Alienação de imobilizado de uso	1.429	9.013
Aumento de capital		25.312
Aquisição de participação acionária		(128.666)
Aquisição de intangível	(246.571)	(219.754)
Dividendos recebidos de coligadas		11.000
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de Investimentos	**(271.661)**	**(316.697)**
Fluxos de caixa das Atividades de Financiamentos		
Emissão de Letras Financeiras	600.000	
Emissão de instrumentos de dívida elegíveis à capital		273.000
Juros sobre capital próprio pagos	(349.519)	(85.531)
Aumento em participação de acionistas não controladores	14.544	6.145
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	**265.025**	**193.614**
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	**810.230**	**251.698**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (nota 5)	**874.654**	**620.990**
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	**20.019**	**1.966**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (nota 5)	**1.704.903**	**874.654**
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	**810.230**	**251.698**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

1. Informações gerais

O Banco Bmg S.A. (“Banco” ou “Instituição”) e suas controladas (conjuntamente, “o Grupo” ou “Consolidado”) está autorizado a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacionais e administrativas são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.

O Grupo é formado pelas controladas: BMG Leasing S.A., BMG Bank Cayman Ltd., Banco Cifra S.A., Banco BMG Consignado S.A., BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. e sua controlada ME Promotora de Vendas Ltda., BMG Soluções Eletrônicas Ltda., Help Franchising Participações Ltda., BMG Participações em Negócios Ltda., BMG Seguridade, Holding Seguradoras S.A., MG Seguros Vida e Previdência S.A., Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II, Bmg Middle Market Fundo de Investimento Em Direitos Creditorios, Romeu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Esportes e Retail Fundo De Investimento Em Participações Multiestratégia. Informações detalhadas sobre as controladas encontram-se descritas na nota de consolidação.

Conforme AGE realizada em 03 de junho de 2024, e, após aprovação pelo Banco Central do Brasil, através de publicação no Diário Oficial em 29 de julho de 2024, comunicamos alteração na denominação social da Companhia BCV – Banco de Crédito e Varejos S.A. para Banco BMG Consignado S.A.

O Banco Bmg S.A (“Banco” ou “Instituição”), constituído sob a forma de Companhia Aberta, controlado pela Família Pentagna Guimarães, está situado na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 1.830, São Paulo/SP, Brasil.

Em dezembro de 2018, o Banco obteve o registro na Comissão de Valores Mobiliários de companhia aberta.

As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS foram concluídas e aprovadas pela Administração do Banco em 17/02/2025.

2. Resumo das práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As principais práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bmg S.A. e suas controladas foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) que requer a elaboração de demonstrações consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS) conforme emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS® Accounting Standards, incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, o Grupo observa o disposto na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresentando o balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo, como requerido pelo IFRS 9, em função do modelo de negócio.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações Financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

As empresas consolidadas e as suas participações estão demonstradas a seguir:

			Participação em %	
Controladas	**País de constituição**	**Atividade**	**2024**	**2023**
BMG Leasing S.A.	Brasil	Arrendamento Mercantil	99,99	99,99
BMG Bank Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Banco	100	100
Banco BMG Consignado S.A.	Brasil	Banco	100	100
Banco Cifra S.A.	Brasil	Banco	100	100
BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Brasil	Distribuidora de valores mobiliários	100	100
ME Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	80	80
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	Brasil	Comércio eletrônico	99,38	99,38
Help Franchising Participações Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	99,98	99,98
BMG Participações em Negócios Ltda.	Brasil	Holding	97,69	97,33
BMG Seguros S.A. (i)	Brasil	Seguros		100
BMG Seguridade	Brasil	Seguros	100	100
BMG Participações em Seguradoras Ltda.	Brasil	Holding	100	100
BMG Seguradora S.A.	Brasil	Seguros	60	60
CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	99,99	99,99

	Participação em %	
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	**2024**	**2023**
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados	100	100
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II	100	100
Bmg Middle Market Fundo de Investimento Em Direitos Creditorios	100	100
Vert Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	100	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Esportes	100	100

Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	**2024**	**2023**
Retail Fundo De Investimento Em Participações Multiestratégia	100	100
Romeu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	100	100

(i) Em setembro de 2024, a BMG Seguros S.A. deixou de fazer parte do consolidado (vide nota 4.10).

Transações, saldos e ganhos não realizados entre as instituições integrantes do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas.

Na rubrica “Receitas de juros e rendimentos similares”, na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de operações de crédito cedidas e o custo do financiamento na rubrica “Despesas de juros e encargos similares”.

Transações com participações de não controladoras

O Grupo trata as transações com participações de não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade que atua em atividades de negócios das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados sejam regularmente avaliados pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade e em relação ao qual estão disponíveis informações financeiras distintas.

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo.

A administração separa as suas informações em dois segmentos operacionais: Banco de Varejo e Banco de Atacado.

Estes segmentos operacionais são descritos a seguir:

- Banco de Varejo: o resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a pessoas físicas.
- Banco de Atacado: o resultado do segmento Banco de Atacado decorre da oferta de produtos e serviços bancários a pessoas jurídicas.

O resultado por segmento operacional encontra-se informado no quadro abaixo:

	2024				
	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Total BRGAAP (i)	Ajustes IFRS	Consolidado IFRS
Margem Financeira	3.554.255	144.887	**3.699.142**	(412.496)	**3.297.331**
Receita de prestação de serviços	165.871	101.903	**267.774**	(94.732)	**173.042**
Resultado de intermediação financeira	**3.720.126**	**246.790**	**3.966.916**	**(507.228)**	**3.470.372**
Despesa de prov. para créditos de liq. duvidosa	(1.528.940)	(33.225)	**(1.562.165)**	(323.018)	**(1.885.183)**
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	174.878	5.724	**180.602**		**180.602**
Resultado bruto financeiro	**2.366.064**	**219.289**	**2.585.353**	**(830.246)**	**1.765.791**
Despesas totais	(1.954.795)	(245.521)	**(2.200.316)**	426.227	**(1.784.773)**
Resultado de participação em coligadas	47.676	(1.415)	**46.261**	22.034	**68.295**
Resultado operacional	**458.945**	**(27.647)**	**431.298**	**(381.985)**	**49.313**
Resultado não operacional	100.154	(31.980)	**68.174**	4.433	**72.607**
Imposto de renda e contribuição social	(153.176)	152.066	**(1.110)**	158.539	**157.428**
Lucro líquido	**405.923**	**92.439**	**498.362**	**(219.013)**	**279.349**

	2023				
	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Total BRGAAP (i)	Ajustes IFRS	Consolidado IFRS
Margem Financeira	3.279.935	52.880	**3.332.815**	(367.968)	**2.964.847**
Receita de prestação de serviços	222.949	93.266	**316.215**	(60.004)	**256.211**
Resultado de intermediação financeira	**3.502.884**	**146.146**	**3.649.030**	**(427.972)**	**3.221.058**
Despesa de prov. para créditos de liq. duvidosa	(1.628.433)	(21.507)	**(1.649.940)**	94.718	**(1.555.222)**
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	184.868	7.209	**192.077**	(1.149)	**190.928**
Resultado bruto financeiro	**2.059.320**	**131.847**	**2.191.167**	**(334.403)**	**1.856.764**
Despesas totais	(1.914.953)	(182.559)	**(2.097.512)**	252.516	**(1.844.996)**
Resultado de participação em coligadas	31.155	(32.423)	**(1.268)**	13.914	**12.646**
Resultado operacional	**175.522**	**(83.135)**	**92.387**	**(67.973)**	**24.414**
Resultado não operacional		(49)	**(49)**	116.889	**116.840**
Imposto de renda e contribuição social	(39.349)	221.137	**181.788**	(35.812)	**145.976**
Lucro líquido	**136.173**	**137.953**	**274.126**	**13.104**	**287.230**

(i) Resultado apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R$ (Reais), que é a moeda funcional do Banco, e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda no resultado do exercício na rubrica “Outras receitas e despesas operacionais”.

2.5 Disponibilidades

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, aplicações no mercado aberto de curto prazo de alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas

pelo Grupo para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Vendas com compromisso de recompra e compras com compromisso de revenda

O Grupo dispõe de operações de compra com compromisso de revenda ("compromisso de revenda") e de venda com compromisso de recompra ("compromisso de recompra") de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas “Aplicações no mercado aberto” e “Operações compromissadas”, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em “Receitas de juros e rendimentos similares” e “Despesas de juros e encargos similares”, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. Monitoramos rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajustamos o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no balanço patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

2.7 Ativos e passivos financeiros

2.7.1 Reconhecimento e mensuração

(a) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

O Grupo aplica o IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

(i) Custo Amortizado;

(ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;

(iii) Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependerá do modelo de negócios nas quais são administrados e das características dos fluxos de caixa - SPPI Test (*Solely Payment of Principal and Interest Test*).

O modelo de negócios refere-se a como o Banco gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam do reconhecimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos ou ambos. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros.

A avaliação dos modelos de negócios considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e

reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas, a classificação dos ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do SPPI Test.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

(i) Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Os ativos mensurados ao custo amortizado são administrados para obtenção de fluxos de caixas constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test).

Os ativos são inicialmente reconhecidos a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos Similares.

Em junho de 2022 o Banco reclassificou ativos financeiros da categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” para “custo amortizado”. Conforme disposto no parágrafo 5.6.5 do IFRS 9, como reflexo da reclassificação a perda acumulada anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes foi transferida do patrimônio líquido e ajustada contra o valor justo do ativo financeiro.

(ii) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

- Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test), quanto para a venda;

- Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação; e

- Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

(iii) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo

- Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”;

- Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo;

- Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado; e

- Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica Ganho (Perda) Líquido com ativos e passivos financeiros.

O Grupo designa ativos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração

ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. Para o cálculo da taxa de juros efetiva, estimam-se os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

(iv) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo por meio do resultado estão classificados nesta categoria e, inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do resultado consolidada em “Despesas de juros e encargos similares”.

As obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros representam as obrigações de cessão de crédito com ou sem coobrigação. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

(b) *Hedge*

O Grupo adota a contabilidade de *hedge (hedge accounting)* e optou na adoção do IFRS 9 em permanecer adotando os critérios do IAS 39, como permitido na adoção inicial.

De acordo com o IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil, todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formal da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*.

- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular.

O IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior. O banco não possui *hedge* de investimento líquido em operações no exterior e *hedge* de valor justo.

Os valores justos dos vários instrumentos financeiros derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 7. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

(i) *Hedge* de Valor Justo

Para os instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e

b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

(ii) *Hedge* de Fluxo de Caixa

A parcela efetiva das variações ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Ganho/perda líquido com ativos e passivos financeiros".

Os valores acumulados em outros resultados abrangentes são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). Para os instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em outros resultados abrangentes, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os instrumentos financeiros derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no resultado abrangente acumulado e subsequentemente reclassificado para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece em Resultado Abrangente e é reconhecido no resultado, quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulado que havia sido apresentado em outros resultados abrangentes é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Receita e Despesa de juros, rendimentos e encargos similares".

(c) Modificação de Fluxos de Caixa Contratuais

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outro modo modificados e isto não altera substancialmente seus termos e condições, o Grupo não efetua sua baixa. Contudo, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original. Quaisquer custos ou taxas incorridas ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro. Se, por outro lado, a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o Grupo baixa o ativo original e reconhece um novo. A data da renegociação é, consequentemente, considerada a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito. O Grupo também avalia se o novo ativo financeiro pode ser considerado como originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito, especialmente quando a renegociação foi motivada por dificuldades financeiras do devedor. Diferenças entre o valor contábil do ativo original e o valor justo do novo ativo são reconhecidas imediatamente na Demonstração do Resultado.

(d) Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando todos os riscos e benefícios de propriedade são transferidos substancialmente e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do IFRS 9. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(e) Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a reversão da provisão para perda de

crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração do Resultado do Grupo. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração do Resultado.

(f) Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

(g) Instrumentos Patrimoniais

Um instrumento de patrimônio é qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos, tais como Ações e Cotas.

O Grupo mensura subsequentemente todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a Administração escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se for mantido com outro propósito que não apenas gerar retornos. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e não são reclassificados subsequentemente para a Demonstração do Resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na Demonstração do Resultado quando o direito do Grupo é reconhecido.

Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados na Demonstração do Resultado.

2.8 Operações de arrendamento mercantil financeiro (como arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no balanço patrimonial consolidado na rubrica Operações de crédito e arrendamento mercantil.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo Grupo são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Grupo e ocorre na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Receita de juros e rendimentos similares”.

2.9 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perda de Crédito Esperada

O Grupo avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração do Resultado.

Mensuração de Perda de Crédito Esperada

- Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;

- Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse contratado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;

- Garantias financeiras: a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banco espera recuperar.

A metodologia de estimação da perda esperada considera a utilização dos seguintes fatores:

- Exposição ao *Default* (EAD): é o valor exposto ao risco de crédito, utilizando-se como referência o saldo devedor dos contratos e possibilidade de utilização dos limites aprovados;

- Probabilidade de *Default* (PD): é definido como a probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações contratuais de pagamento, utilizando-se para estimativa dados históricos e informações cadastrais dos clientes e contratos;

- Perda por *Default* (LGD): é o percentual da exposição que não se espera recuperar em caso de inadimplência, utilizando-se para estimativa parâmetros históricos de níveis de atraso, garantias das operações e cobertura por seguro prestamista.

A cada período reportado, o Grupo avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

O Grupo classifica os ativos em três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial, e;

Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializaram em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

Mudança de estágio

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio 1, a menos que seja um ativo financeiro originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais e internacionais, conforme estudo realizado pelo Grupo.

O Grupo avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. O modelo individual é aplicado quando existe relevância para a carteira e histórico adequado para uma modelagem estatística. Caso contrário, aplica-se a análise coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

2.10 Ativos não correntes disponíveis para venda

Em conformidade com o IFRS 5, nesta categoria foram registrados os ativos cujo valor contábil possa ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, em vez do uso continuado.

São compostos por bens imóveis, máquinas e equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, adquiridos ou recebidos por dação em pagamento.

Estes bens quando recebidos por dação em pagamento são vendidos. Entretanto, aqueles que eventualmente apresentarem alguma dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment* por meio de laudo técnico. Adicionalmente, os investimentos que estejam disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável, são classificados como mantidos para venda, e mensurados pelo menor valor entre o valor contábil líquido e o valor justo do ativo.

2.11 Intangível

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Outros ativos Intangíveis

Representados basicamente por licenças de software e outros ativos intangíveis, Aqueles considerados com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, enquanto os classificados com vida útil indefinida, ainda não disponíveis para uso, são testados quanto a impairment anualmente.

2.12 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear como segue:

	Anos
Edificações	Entre 20 e 25
Sistema de segurança	Entre 18 e 20
Instalações	Entre 8 e 10
Móveis e equipamentos de uso	Entre 8 e 10
Sistema de comunicação	Entre 8 e 10
Veículos	Entre 3 e 5
Sistema de processamento de dados	Entre 3 e 5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos no resultado na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

2.13 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de provisão para redução ao valor recuperável no final de cada período de balanço ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.
Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da provisão para redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido provisão para redução ao valor recuperável, exceto o ágio, são revisados para a análise de uma possível reversão da provisão para redução ao valor recuperável na data de apresentação das demonstrações financeiras.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (tributária, trabalhista e cível) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Essas ações judiciais são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para tributos correntes é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro apurado mais adicional de 10% sobre o que exceder a R$20/mês, para o imposto de renda, 20% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido “CSLL” de acordo com a Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019 de janeiro de 2022 a julho de 2022 e, 21% entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022 de acordo com a Lei nº 14.446/22.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são representados pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas obtidos pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e a base de cálculo fiscal, de acordo com as regras e legislação tributária, às alíquotas vigentes na data da sua constituição.

O crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa somente são reconhecidos se houver o lucro tributável futuro suficiente para a sua compensação.

2.16 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas do Grupo após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.17 Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal (Nota 22 (a)).

2.18 Reconhecimento da receita

Os critérios mais significativos utilizados pelo Grupo para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

(a) Receitas com juros, despesas com juros, rendimentos e encargos similares

Receitas com juros, despesas com juros e similares são reconhecidas pelo método da taxa de juros efetiva. Para operações de crédito em que o pagamento de principal ou juros apresentar atraso igual ou superior de 60 dias ou mais, o reconhecimento da receita de juros deixará de ocorrer.

(b) Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de honorários e comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, como parte da taxa efetiva de juros, utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando incorridas.
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços de forma linear.
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

(c) Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

(d) Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

2.19 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do Grupo pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício . A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, ou quando declarados, com base no estatuto social do Grupo, calculadas com base no resultado apurado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pela Banco Central do Brasil. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado quando declarado na forma do estatuto social e/ou na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito.
- Mudanças nas taxas de juros.
- Mudanças nos índices de inflação.
- Regulamentação governamental e questões fiscais.
- Processos ou disputas judiciais adversas.
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento.
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro.
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

(a) Mensuração da provisão para redução do valor recuperável de ativos financeiros da categoria "Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado"

Os ativos classificados nesta categoria são mensurados através do custo amortizado e atualizados pela taxa efetiva de juros.

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Grupo deve avaliar as perdas esperadas inerentes aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A determinação da perda por redução ao valor recuperável com empréstimos e recebíveis exige um alto nível de julgamentos que envolvem critérios diversos de avaliação, tais como análise das características específicas de cada carteira de empréstimos e recebíveis as garantias existentes e risco das operações.

O Grupo utiliza-se de modelos internos para analisar as carteiras de empréstimos e recebíveis para determinar a provisão necessária para perdas conforme Nota 2.9. Nesses modelos são aplicados fatores estatísticos de perda esperada observável de uma janela de tempo suficiente para capturar efeitos sazonais e remover os efeitos de condições de mercado incomuns para Grupos de empréstimo com características de risco semelhantes.

(b) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O Grupo revisa periodicamente suas causas judiciais que são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança. Para as causas classificadas como "Prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial na rubrica Provisões, conforme detalhado na Nota 19.

Os valores das provisões são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Grupo terá lucro tributável futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos

apenas quando for considerado provável que o Grupo terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Grupo, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

(d) Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*) do Ágio

A revisão do ágio por redução ao valor recuperável reflete a melhor estimativa do Grupo sobre os fluxos de caixa futuros das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), com a identificação das UGC e a estimativa de seu valor justo menos custos de venda e/ou valor em uso. Estes fluxos estão sujeitos a condições de mercado e fatores incertos, como segue:

- Fluxos de caixa projetados para os períodos das previsões disponíveis e às premissas de longo prazo destes fluxos;

- Taxas de desconto, pois geralmente refletem variáveis financeiras e econômicas como a taxa de juros livre de risco e um prêmio de risco.

As UGC ou grupos de UGC são identificados no nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de administração interna. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável.

(e) Pagamentos Baseados em Ações

O Banco possuí um Plano de Remuneração específico para os Administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos do Banco. O montante da remuneração fixa é aprovado anualmente na Assembleia Geral. O direito à remuneração variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos do Consolidado, às metas individuais e de áreas de atuação dos Administradores.

em assembleia geral extraordinária realizada em 03 de abril de 2020, o Banco implantou um Plano de Incentivo de Longo Prazo, que tem por objetivo permitir que os diretores e determinados empregados do Grupo Bmg designados pelo Comitê de Remuneração e Pessoas do Banco e aprovados pelo Conselho de Administração (em conjunto, “Colaboradores”) recebam ações preferenciais de emissão do Banco como um incentivo de longo prazo que comporá suas respectivas remunerações variáveis.

4. Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada por uma diretoria específica do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O departamento de Risco do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa, princípios estes acompanhados pela revisão do Comitê de Análise de Ativos e Passivos (“ALCO”).

4.1 Risco de crédito e socioambiental

O Grupo está exposto ao risco de crédito, que é o risco pelo qual uma contraparte causa perda financeira ao falhar na liquidação de uma obrigação. Mudanças significativas na economia ou na saúde financeira de um segmento específico de atividade econômica que represente uma concentração na carteira mantida pelo Grupo

podem resultar em perdas que são diferentes daquelas provisionadas na data do balanço patrimonial. Portanto, a Administração controla cuidadosamente a exposição ao risco de crédito.

Exposições a este tipo de risco decorrem principalmente de operações de crédito diretas, indiretas (repasses por meio de agentes financeiros), e de outros instrumentos financeiros. Há também o risco de crédito em acordos financeiros não registrados no balanço patrimonial, como compromissos de empréstimo. O controle e a gestão dos riscos de crédito são realizados pelo departamento de riscos.

A Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco Bmg, que segue o disposto na Resolução CMN nº 4.327/2014, estabelece diretrizes e consolida as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com clientes. A política estabelece segmentos de atuação impedidos, para os quais não liberamos crédito, e setores restritos, para os quais a análise de risco socioambiental é mais detalhada e rigorosa. Determina, também, práticas, que incluem o gerenciamento de riscos e análises de impactos socioambientais como finalidade do crédito e gestão de fornecedores, que é realizado através da análise das práticas socioambientais. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional.

4.1.1 Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela abaixo apresenta a exposição máxima ao risco de crédito, sem considerar garantias recebidas ou outras melhorias de crédito.

	2024	2023
Disponibilidade	155.772	525.971
Aplicações no mercado aberto	1.549.131	348.683
Depósitos compulsórios Bacen	1.355.174	1.818.451
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	5.724.801	3.296.539
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado	782.269	1.045.758
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	302.282	69.452
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (exceto depósitos compulsórios BACEN e aplicações no mercado aberto)	31.381.530	29.706.793
Off-balance	**5.902.807**	**5.742.185**
Avais e fianças	166.970	210.944
Créditos a liberar	5.735.837	5.531.241
Total da exposição máxima ao risco de crédito	**47.153.766**	**42.553.832**

Para os ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise contempla apenas os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito, os ativos não financeiros não são considerados.

Conforme a tabela acima, a exposição mais significativa advém dos empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os limites de riscos de crédito são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites autorizados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A Nota 4.1.4 traz divulgação adicional sobre risco de crédito.

4.1.2 Controle do limite de risco e políticas de mitigação

O Grupo administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas - particularmente, em relação a contrapartes e grupos individuais. A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores. Esses riscos são monitorados e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário, e são aprovados pelas alçadas competentes que são definidas pelo Comitê de Crédito Corporativo. O cartão de

crédito consignado é um produto massificado de grande volume e baixo *ticket* médio, fato este que reduz o risco de concentração de crédito.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração dos limites quando apropriado.

Uma das formas de mitigação de risco de crédito é a tomada de garantias sobre a liberação de recursos. O Grupo implementa orientações sobre a aceitação de classes específicas de garantias ou mitigação do risco de crédito. Os principais tipos de garantias para operações de crédito são:

- Alienação fiduciária;
- Penhor Mercantil;
- Hipotecas;
- Nota Promissória;
- Carta fiança.

A ferramenta interna de classificação auxilia o Grupo a determinar a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável de acordo com o IFRS 9, com base nos critérios descritos na Nota 2.9.

4.1.3 Qualidade dos ativos financeiros

A qualidade dos ativos financeiros do Grupo, que são avaliados individualmente, é feita de acordo com a classificação interna de risco e é demonstrada conforme segue:

	2024		
	Classificação interna de Risco		
	Baixo	**Médio**	**Alto**
Disponibilidade	155.772		
Aplicações no mercado aberto	1.549.131		
Depósitos compulsórios no Banco Central	1.355.174		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Operações de crédito	23.306.245	1.262.588	1.800.069
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	5.724.801		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado	782.269		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - TVM	6.415.522		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	302.282		

	2023		
	Classificação interna de Risco		
	Baixo	**Médio**	**Alto**
Disponibilidade	525.971		
Aplicações no mercado aberto	348.683		
Depósitos compulsórios no Banco Central	1.818.451		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Operações de crédito	21.878.563	1.062.548	941.746
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	3.296.539		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado	1.045.758		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - TVM	6.547.014		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	69.452		

4.1.4 Concentração de riscos

Os limites individuais de risco em operações de crédito são definidos em normativos operacionais específicos.

Esses limites são monitorados frequentemente e, em caso de desvio, haverá comunicação imediata ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco o qual deverá elaborar e gerir a execução do plano de ação para a correção e adequação.

O elevado volume de operações realizadas pela Instituição requer uma estrutura complexa de ambiente de tecnologia para processamento dessas transações e de controles internos.

4.2 Risco de Mercado

É o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Grupo. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros e dos preços de mercadorias (*commodities*). As carteiras de investimento avaliadas ao valor justo por meio do resultado incluem todos os títulos e valores mobiliários pertencentes aos fundos de investimento, cuja movimentação em base diária é acompanhada.

Instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes correspondem, basicamente, a títulos e valores mobiliários. Essa carteira inclui risco de taxa de juros, índice de preços e câmbio. As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

Técnicas de mensuração do risco de mercado

Valor em Risco ("*VaR*")

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Grupo pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (1%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manutenção das posições" (10 dias). Além disto, pressupõe, também, que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 10 dias no passado. O VaR é utilizado para a mensuração de risco das operações financeiras da carteira de não negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em Real e TJLP, variação de Índices de Preços denominadas em IPCA e IGP-M e variação do Câmbio. Estes limites são diariamente monitorados pela área de risco.

Teste de *stress*

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking* (não negociação), tal como acontece na gestão da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do novo método padronizado de Basileia III do BACEN. A carteira *banking* consiste nas operações comerciais e estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Grupo e de seus eventuais *hedges*. Assim sendo, toda a carteira do Grupo a ser analisada para risco de mercado é classificada como *banking*.

O quadro-resumo apresentado abaixo demonstra os efeitos das variações nos preços nos cenários projetados e não reflete necessariamente a posição atual, em virtude do dinamismo do mercado e das atividades do Grupo.

Os testes de *stress* proporcionam uma indicação do volume potencial de perdas que poderia surgir de situações de mercado extremas. Para a carteira de não negociação, os testes de *stress* são realizados pela área de Risco.

Carteira de não negociação

Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	2024 Cenário 3
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(377)	(942)	(1.884)
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	(95.360)	(238.400)	(476.800)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons em moeda estrangeira	(17.266)	(43.165)	(86.329)
IPCA / IGP-M	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	18.683	46.708	93.416
Total		**(94.320)**	**(235.799)**	**(471.597)**

Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	2023 Cenário 3
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(3.158)	(7.896)	(15.792)
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	(50.949)	(127.373)	(254.745)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons em moeda estrangeira	(12.431)	(31.077)	(62.155)
IPCA / IGP-M	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	7.744	19.361	38.721
Total		**(58.794)**	**(146.985)**	**(293.971)**

Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados como Carteira *Banking*. Os mesmos consistem em operações de crédito, instrumentos de captação de recursos financeiros destinados a financiar a carteira de crédito, os títulos e valores mobiliários classificados como Disponíveis para Venda e os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* de outras operações classificadas nesta carteira (ativas ou passivas).

Os fatores de riscos identificados:

- Curva de juros – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros prefixada em reais;
- Cupom cambial – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros doméstica para operações indexadas à variação cambial;
- Câmbio – perda decorrente de variações de preço em função das variações de qualquer moeda.
- IPCA/IGP-M: perda decorrente de variações nos índices de preços.

Premissas para os fatores de riscos

Cenário	Curva de juros (pré) e Curva de Cupom cambial	Câmbio
1	Deslocamento paralelo de + 100 pontos básicos	aumento de 10%
2	Deslocamento paralelo de + 250 pontos básicos	aumento de 25%
3	Deslocamento paralelo de + 500 pontos básicos	aumento de 50%

- O cenário 1 representa um choque paralelo de 100 pontos básicos (+1%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e no cupom cambial somado a um choque de 10% nas taxas de câmbio.
- O cenário 2 representa um choque paralelo de 250 pontos básicos (+2,5%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e no cupom cambial somado a um choque de 25% nas taxas de câmbio.
- O cenário 3 representa um choque paralelo de 500 pontos básicos (+5%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e de cupom cambial somado a um choque de 50% nas taxas de câmbio.

4.3 Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, podem ser requeridas a proteger suas posições via operações de *swap*, efetuadas sob a orientação da tesouraria do Grupo. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

Concentrações de risco de moeda - instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial

	2024	2023
Ativo		
Disponibilidade / Aplicações em moeda estrangeira (dólar)	59.513	400.311
Total de ativos financeiros	**59.513**	**400.311**
Passivo		
Empréstimo no exterior (dólar)	(1.306.878)	
Total de passivos financeiros	**(1.306.878)**	
Total de derivativos – Ativo (dólar)	281.357	30.128
Total de derivativos – Passivos (dólar)	(91.020)	(136.503)
Posição financeira líquida registrada no balanço patrimonial	**190.337**	**(106.375)**

4.4 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre, sobretudo, de captações via depósito a prazo, via interfinanceiros e via BNDES/FINAME. As captações emitidas em taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Já as captações emitidas em taxas fixas (sobretudo dívidas subordinadas e *short-term* notes) expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante os anos de 2024 e de 2023, os empréstimos do Grupo em taxas variáveis eram mantidos, em reais e dólar.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Baseado em diversos cenários, o Grupo administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *swap*, são menores que aquelas disponíveis se o Grupo tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas.

A tabela abaixo resume a exposição do Grupo ao risco das taxas de juros e inclui os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

	2024			
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no mercado aberto	1.549.131			**1.549.131**
Depósitos compulsórios no Banco Central	1.355.174			**1.355.174**
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	153.636	113.680	34.966	**302.282**
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM (Nota 6)	1.166.925	1.664.781	2.893.095	**5.724.801**
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Nota 6)	4.103.299	7.750.747	19.527.484	**31.381.530**
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (Nota 6)	19.516		762.753	**782.269**
Total de ativos financeiros	**8.347.681**	**9.529.208**	**23.218.298**	**41.095.187**
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 12)	10.653.709	9.326.172	21.849.448	**41.829.329**
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	169.317	26.078	7.883	**203.278**
Total de passivos financeiros	**10.823.026**	**9.352.250**	**21.857.331**	**42.032.607**

	2023			
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no mercado aberto (Nota 5)	348.683			**348.683**
Depósitos compulsórios no Banco Central	1.818.451			**1.818.451**
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	25.853	42.246	1.353	**69.452**
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM (Nota 6)	495.092	1.277.725	1.523.722	**3.296.539**
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Nota 6)	3.403.966	7.590.199	18.712.628	**29.706.793**
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (Nota 6)	20.886		1.024.872	**1.045.758**
Total de ativos financeiros	**6.112.931**	**8.910.170**	**21.262.575**	**36.285.676**
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 12)	7.153.644	12.288.201	17.150.228	**36.592.073**
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	101.306	33.717	2.359	**137.382**
Total de passivos financeiros	**7.254.950**	**12.321.918**	**17.152.587**	**36.729.455**

Exposição financeira dos instrumentos financeiros derivativos

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Fatores de risco				
Pré-Fixado	2.061.531	4.499.763	2.923.666	6.798.185
Moeda estrangeira	3.943.780	3.124.507	6.859.326	3.061.791
IPCA			179.114	
Outros	1.750.832	17.577	15.828	182.754
Total	**7.756.143**	**7.641.847**	**9.977.934**	**10.042.730**

4.5 Risco de Liquidez

Esse risco consiste na possibilidade do Grupo não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Processo de gestão do risco de liquidez

O Gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado diariamente pela área de Risco através de um sistema interno. Há limites estabelecidos (colchão de liquidez) na política de Risco de liquidez do Grupo, acompanhadas pelo ALCO, e, caso esses sejam extrapolados, é realizado o reporte ao Comitê responsável. São elaborados relatórios como: fluxo de caixa, projeção de caixa para os próximos seis meses e caixa efetivo versus limites estabelecidos e disponibilizados a Tesouraria para a realização da tomada de decisão.

Abordagem de captação de recursos

A Tesouraria do Grupo tem como principal objetivo prover liquidez, para assegurar que suas obrigações financeiras sejam cumpridas, garantindo a sustentabilidade do negócio, através da captação de recursos a taxas competitivas e da diversificação de suas fontes de refinanciamento por contraparte, moeda, produto e prazo. Além disso, visa a mitigação dos riscos financeiros através da observância e monitoramento dos riscos inerentes ao negócio, tais como o risco de mercado e risco de liquidez

Fluxos de caixa não descontado

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa de acordo com ativos e passivos financeiros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas.

					2024
Fluxos de caixa não descontados	**Até 90 dias**	**De 91 a 360 dias**	**De 361 a 1.800 dias**	**Acima de 1.800 dias**	**Total**
Disponibilidade	155.772				**155.772**
Aplicações no mercado aberto	1.549.131				**1.549.131**
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	6.365.394	4.239.889	18.795.328	5.621.452	**35.022.063**
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	1.177.163	1.733.325	3.832.797		**6.743.285**
Ativos financeiros ao valor justo por meio Resultado – TVM	19.516			762.753	**782.269**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	153.636	113.680	34.966		**302.282**
Total a receber	**9.420.612**	**6.086.894**	**22.663.091**	**6.384.205**	**44.554.802**
Depósitos					
Depósito à vista	376.664				**376.664**
Depósito a prazo	2.345.107	7.893.573	17.099.996	250.792	**27.589.468**
Obrigações por cessão	2.066	5.758	37.245		**45.069**
Depósitos interfinanceiros	23.101	93.672	40.999		**157.772**
Instrumentos financeiros derivativos	**169.318**	**26.077**	**7.883**		**203.278**
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	**6.774**	**569.877**	**3.959.233**	**2.282.325**	**6.818.209**
Obrigações por empréstimos e repasses	**1.249.431**	**115.910**	**566.617**		**1.931.958**
Letras financeiras subordinadas	**15.983**		**284.681**	**771.729**	**1.072.393**
Total a pagar	**4.188.444**	**8.704.867**	**21.996.654**	**3.304.846**	**38.194.811**
Diferença a receber (a pagar)	**5.232.168**	**(2.617.973)**	**666.437**	**3.079.359**	**6.359.991**

					2023
Fluxos de caixa não descontados	**Até 90 dias**	**De 91 a 360 dias**	**De 361 a 1.800 dias**	**Acima de 1.800 dias**	**Total**
Disponibilidade	525.971				**525.971**
Aplicações no mercado aberto	348.683				**348.683**
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	6.097.420	4.593.093	15.866.710	2.568.386	**29.125.609**
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	467.863	1.362.671	1.775.001	55.443	**3.660.978**
Ativos financeiros ao valor justo por meio Resultado – TVM	20.886		157.577	1.024.872	**1.203.335**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	25.853	42.246	1.353		**69.452**
Total a receber	**7.486.676**	**5.998.010**	**17.800.641**	**3.648.701**	**34.934.028**
Depósitos					
Depósito à vista	372.156				**372.156**
Depósito a prazo	2.184.498	11.617.891	14.951.823	280.763	**29.034.975**
Obrigações por cessão	6.988	6.823	12.980	2.873.654	**2.900.445**
Depósitos interfinanceiros	23.318	26.174			**49.492**
Instrumentos financeiros derivativos	**101.306**	**33.717**	**2.359**		**137.382**
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	**70.083**	**1.154.682**	**2.926.929**	**2.604.767**	**6.756.461**
Obrigações por empréstimos e repasses	**2.247**	**7.880**	**645.276**		**655.403**
Letras financeiras subordinadas	**11.620**		**25.910**	**973.339**	**1.010.869**
Total a pagar	**2.772.216**	**12.847.167**	**18.565.277**	**6.732.523**	**40.917.183**
Diferença a receber (a pagar)	**4.714.460**	**(6.849.157)**	**(764.636)**	**(3.083.822)**	**(5.983.155)**

4.6 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O gerenciamento de capital do Grupo é baseado nas regras do Banco Central do Brasil (Bacen) em especial a Resolução CMN nº 4.557/17 e regulamentações complementares. As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderadas pelos fatores que variam de 0% a 1.250% e um índice mínimo de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco de 8% mais as respectivas parcelas de Adicional de Capital Principal e Contracíclico.

Adicionalmente, o patrimônio utilizado no cálculo do patrimônio de referência é o patrimônio calculado pelas práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e não pelo IFRS.

O índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido calculados para atender às regras do Banco Central do Brasil podem ser assim demonstrados:

	Basileia III	
	2024	**2023**
Patrimônio de referência nível I	**2.850.311**	**2.505.097**
Capital Principal	**2.739.466**	**2.394.295**
– Patrimônio líquido (i)	4.267.690	4.008.504
– Ajustes Prudenciais – Res. 4.955/21 CMN	(1.528.224)	(1.614.209)
Capital complementar (ii)	**110.845**	**110.802**
– Letras financeiras subordinadas	110.845	110.802
Patrimônio de referência nível II (ii)	**885.449**	**884.521**
– Letras financeiras subordinadas	885.449	884.521
Patrimônio de referência – PR (nível I + nível II) (a)	**3.735.760**	**3.389.618**
Ativo ponderado pelo risco – RWA (b)	**28.278.823**	**25.511.815**
Alocação de capital:		
– Risco de crédito	25.748.488	23.121.514
– Risco de mercado	194.544	341.960
– Risco operacional	2.335.791	2.048.341
Índice de basileia (a / b)	**13,21%**	**13,29%**
Capital nível I	**10,08%**	**9,82%**
– Capital principal	9,69%	9,39%
– Capital complementar	0,39%	0,43%
Capital nível II	**3,13%**	**3,47%**
– Capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira bancária conf. Resolução nº. 3.876 do BACEN - Parcela "IRRBB"	412.940	190.242
Índice de imobilização	**27,94%**	**37,80%**
Folga de imobilização	**824.293**	**413.431**

(i) Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial, conforme Resolução nº 4.955, de 21 de outubro de 2021; e

(ii) Vide nota 17.

4.7 Estimativa do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Grupo utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os *inputs* significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercados observáveis.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2024.

Descrição	Nível 1	Nível 2	Saldo Total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	5.724.801		**5.724.801**
Valor Justo por meio do Resultado		782.269	**782.269**
Valor Justo por meio do Resultado – Instrumentos financeiros derivativos		302.282	**302.282**
Ativo Total	**5.724.801**	**1.084.551**	**6.809.352**
Passivo			
Instrumentos financeiros derivativos		203.278	**203.278**
Passivo Total		**203.278**	**203.278**

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2023.

Descrição	Nível 1	Nível 2	Saldo Total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	3.296.539		**3.296.539**
Valor Justo por meio do Resultado		1.045.758	**1.045.758**
Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos		69.452	**69.452**
Ativo Total	**3.296.539**	**1.115.210**	**4.411.749**
Passivo			
Instrumentos financeiros derivativos		137.382	**137.382**
Passivo Total		**137.382**	**137.382**

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, Grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

O Grupo não possui ativos financeiros classificados no Nível 3.

4.8 Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Grupo são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Grupo, exceto os passivos financeiros para negociação, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

A seguir é apresentada uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Grupo não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

						2024	2023
ATIVO	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Saldo Total**	**Saldo Total**
Operações de crédito	23.953.083	23.326.964		23.326.964		**23.326.964**	**24.289.051**
PASSIVO							
Depósitos de clientes	25.009.524	27.141.879		27.141.879		**27.141.879**	**25.398.468**
Obrigações por empréstimos e repasses	1.931.958	1.931.958		1.931.958		**1.931.958**	**607.184**
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	5.855.400	5.598.498		5.598.498		**5.598.498**	**3.023.558**
Letras financeiras subordinadas	1.072.393	1.062.211		1.062.211		**1.062.211**	**687.551**
Outros passivos financeiros	1.005.054	1.006.462		1.006.462		**1.006.462**	**945.026**
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros	23.851	23.851		23.851		**23.851**	**45.495**

As premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas abaixo:

- Todas as operações passivas e ativas atreladas a taxas pré-fixadas tiveram seus valores atualizados pelo valor justo. A definição da taxa de valor justo foi baseada na taxa média por produto utilizada em todas as operações realizadas em dezembro de 2024.
- Todas as operações passivas e ativas atreladas a taxas ou indexadores flutuantes ou pós-fixados, tais como CDI, IGP-M, IPCA, Dólar e INPC, foram consideradas já mensuradas a valor justo, uma vez que já estão atreladas a indexador que reflete as oscilações do mercado.
- Para se determinar os valores de valor justo, foi obtido o fluxo de caixa futuro de cada operação na taxa efetiva do contrato e trazido a valor presente pela taxa de mercado, conforme determinado anteriormente, que já inclui o risco de crédito da contraparte.

4.9 Garantias de operações de crédito

O Grupo utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente.

As operações de crédito que não são relativas a crédito consignado possuem as seguintes garantias conforme o produto:

					2024
	Tipo de produto				
Tipo de garantia	Carteira Comercial	Crédito Pessoal	Financiamento à Exportação	Depósito à VIsta	Total
Alienação Fiduciária	154.668	510	72.275		**227.453**
Cessão Direitos Creditórios	284.116	332.124	527.840	1.249.076	**2.393.156**
Penhor	21.214	480			**21.694**
Hipoteca		23.796			**23.796**
Outros	4.542	702			**5.244**
TOTAL	**464.540**	**357.612**	**600.115**	**1.249.076**	**2.671.343**

					2023
	Tipo de produto				
Tipo de garantia	Carteira Comercial	Crédito Pessoal	Financiamento à Exportação	Debêntures	Total
Alienação Fiduciária	190.785	510	95.409		**286.704**
Cessão Direitos Creditórios	392.619	104.824	225.352	3.688.916	**4.411.710**
Penhor	21.363	480			**21.843**
Hipoteca		32.059			**32.059**
Outros	10.767	701			**11.468**
TOTAL	**615.534**	**138.574**	**320.761**	**3.688.916**	**4.763.784**

Quando operações que possuem garantias reais entram em atraso, a política existente para a cobrança se compõe das seguintes etapas: cobrança amigável, tentativa de formalização do termo de entrega amigável, ajuizamento de ação de busca e apreensão da garantia, venda em leilão.

4.10 Combinação de negócios e alterações societárias

Em 27 de fevereiro de 2023 foi celebrado um Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição, pela Bmg Participações em Negócios Ltda, subsidiária do Banco Bmg, de 30% do capital social total da Bmg Seguros S.A. de titularidade da Assicurazioni Generali S.P.A, por um valor de €9.000 de euros somado à compensação de R$20.000, devidos pela Generali à Bmg Participações em Negócios. A Bmg Participações em Negócios passou a deter 100% do capital social votante da Bmg Seguros.

Em 4 de maio de 2023, conforme comunicado ao mercado, o Banco Bmg informou que iria adquirir 5% do capital social da Granito Instituição de Pagamento S.A. (“Granito”) detidos pelos acionistas minoritários. Em 22 de maio de 2023 foi concluída a operação de aquisição pelo valor de R$10.000. Com a conclusão da operação, o Banco Bmg passou a deter 50% do capital social total e votante da Granito, juntamente com o Banco Inter S.A., permanecendo inalterada a estrutura de governança corporativa e o controle compartilhado entre os bancos na Granito.

Em 21 de julho de 2023 foi efetivada redução de capital social na controlada CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. no montante de R$90.000.

Em 29 de setembro de 2023, conforme performance contratual, ocorreu pagamento de parcela adicional a título de earn-in, no montante de R$21.666 e apuração de ágio de R$10.833, referentes ao acordo de investimentos de participação acionária celebrado em 02 de julho de 2021 entre o Banco Bmg e Araújo Fontes Consultoria e Negócios Imobiliários Ltda. e AF Invest Administração de Recursos Ltda., uma das principais boutiques de

assessoria de investimento independentes no Brasil, com aquisição de 50% do capital social da sociedade holding (“AF Controle S.A.”).

Em 13 de outubro de 2023, foi efetivado o aumento de capital na BMG Cayman no valor de US$5.000 que correspondem a R$25.312.

Em 1 de novembro de 2023, o BMG através da sua subsidiária CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda., passou a deter indiretamente 26,58% do capital social votante da Icertus Tecnologia S/A ("Icertus"). A empresa atua no desenvolvimento, licenciamento e manutenção de softwares inteligentes de gestão para micro, pequenas e médias empresas.

Em 7 de novembro de 2023, foi efetivado o aumento de capital na Granito Instituição de Pagamento S.A. (“Granito”) no valor de R$50.000.

Em 12 de março de 2024, foi efetivado o aumento de capital na BMG Cayman no valor de US$20.000 que correspondem a R$99.554.

Em 15 de março de 2024 foi efetivada redução de capital social na controlada CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. no montante de R$400.000.

Em 28 de maio de 2024, O Banco Bmg celebrou com o Banco Inter S.A. (“Inter”) um “Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças”, da totalidade da participação acionária detida pelo Banco, representativas de 50% do capital social da Granito Instituição de Pagamento S.A. (“Granito”). O preço total da Operação foi de R$110.000, o qual será ajustado pela variação de 100% do CDI e será pago à vista na data do fechamento da Operação. A operação foi concluída em 24 de julho de 2024 (vide nota 28 (e)).

Em 20 de agosto de 2024, foi efetivado o aumento de capital na BMG Cayman no valor de US$60.000 que correspondem a R$325.422.

Em 05 de setembro de 2024, O Banco Bmg S.A. celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Dayprev Vida e Previdência S.A. (“Dayprev”), seguradora pertencente ao grupo do Banco Daycoval S.A., por meio do qual as partes estabeleceram os termos e condições para a alienação, pela subsidiária do Banco, a Bmg Participações em Negócios Ltda., à Dayprev, da totalidade das ações ordinárias de emissão da Bmg Seguros S.A (nota 28f). O preço da Operação é equivalente a 1,47 vezes o patrimônio líquido da Bmg Seguros na data de fechamento da Operação. O fechamento da Operação está sujeito à implementação de determinadas condições precedentes usuais a esse tipo de transação, incluindo a obtenção das aprovações prévias dos órgãos reguladores. Em setembro de 2024, a BMG Seguros S.A. deixou de fazer parte do consolidado, foi classificada como Investimentos mantidos para venda e avaliada a valor justo no montante de R$90.179.

Em 01 de novembro de 2024, O Banco Bmg S.A., em continuidade ao Fato Relevante e Comunicado ao Mercado publicados, respectivamente, em 06 de agosto de 2020 e 03 de novembro de 2020, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, conforme previsto no contrato de compra e venda de quotas da Bmg Corretora de Seguros S.A. (“Bmg Corretora”), após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e diante do cumprimento das condições estabelecidas nos instrumentos contratuais, a Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A. (“Wiz”) exerceu a opção de compra para aquisição adicional de 9% do capital social da Bmg Corretora. Com a Operação, o Banco, por meio da Bmg Seguridade S.A., passou a deter 51% do capital social da Bmg Corretora.O Banco esclarece que a Operação não resultará em qualquer alteração na estratégia ou governança da Bmg Corretora.

Em 04 de dezembro de 2024, foi efetivado o aumento de capital na BMG Participações em Negócios Ltda no valor de R$ 12.000.

Os Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R$159.969 (2023 - R$132.818) estão representados basicamente pelas seguintes empresas: BMG Corretora de Seguros R$54.191 (2023 - R$31.164), Araújo Fontes Consultoria R$99.619 (2023 - R$79.163) e Granito Instituição de Pagamento S.A (2023 - R$19.570).

5. Disponibilidades

	2024	2023
Disponibilidades	155.772	525.971
Aplicações no mercado aberto	133.371	348.683
Aplicações no Banco Central do Brasil	1.415.760	
Total	**1.704.903**	**874.654**

6. Ativos financeiros

Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com "Disponibilidades" e "Aplicações no mercado aberto", em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada abaixo:

				2024
	Outros Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras			7.041	**7.041**
Operações de crédito			26.368.902	**26.368.902**
Devedores diversos			805.838	**805.838**
Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)			(2.415.819)	**(2.415.819)**
Depósitos compulsórios no Banco Central			1.355.174	**1.355.174**
Aplicação em depósito interfinanceiro			200.046	**200.046**
Títulos e Valores Mobiliários	**782.269**	**5.724.801**	**6.415.522**	**12.922.592**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		2.503.770		**2.503.770**
Letras do Tesouro Nacional – LTN (i)		615.994	126.621	**742.615**
Notas do Tesouro Nacional – NTN (i)	204.455	2.462.895	3.924.772	**6.592.122**
Nota comercial			550.568	**550.568**
Debêntures		89.742	1.022.723	**1.112.465**
Certificado de recebíveis do agronegócio			17.392	**17.392**
Cotas de fundos de Investimento	558.298			**558.298**
Ações	19.516			**19.516**
Títulos no exterior			773.446	**773.446**
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	302.282			**302.282**
Total	**1.084.551**	**5.724.801**	**32.736.704**	**39.546.056**
Circulante	**286.832**	**2.831.706**	**13.209.220**	**16.327.758**
Não circulante	**797.719**	**2.893.095**	**19.527.484**	**23.218.298**

				2023
	Outros Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras			9.699	**9.699**
Operações de crédito			23.882.857	**23.882.857**
Devedores diversos			1.091.421	**1.091.421**
Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)			(1.876.192)	**(1.876.192)**
Depósitos compulsórios no Banco Central			1.818.451	**1.818.451**
Aplicação em depósito interfinanceiro			51.994	**51.994**
Títulos e Valores Mobiliários	**1.045.758**	**3.296.539**	**6.547.014**	**10.889.311**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		1.235.826		**1.235.826**
Letras do Tesouro Nacional – LTN (i)		92.052	1.008.760	**1.100.812**
Notas do Tesouro Nacional – NTN (i)	796.994	1.602.577	5.538.254	**7.937.825**
Nota comercial		115.211		**115.211**
Debêntures		173.950		**173.950**
Cotas de fundos de Investimento	190.067	59.845		**249.912**
Ações	58.697			**58.697**
Títulos no exterior		7.455		**7.455**
Letras financeiras		9.623		**9.623**
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	**69.452**			**69.452**
Total	**1.115.210**	**3.296.539**	**31.525.244**	**35.936.993**
Circulante	**88.985**	**1.772.817**	**12.812.616**	**14.674.418**
Não circulante	**1.026.225**	**1.523.722**	**18.712.628**	**21.262.575**

(i) Reclassificação de ativos financeiros (vide nota 2.7.1(a))

7. Instrumentos financeiros derivativos

(a) Valor justos de derivativos de negociação registrados no ativo e no passivo

	2024		2023	
	Valor justo		Valor justo	
	Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Derivativo cambial	281.357	(91.020)	30.128	(136.503)
Derivativos de taxas de juros e índices	20.925	(112.258)	39.324	(879)
Total	**302.282**	**(203.278)**	**69.452**	**(137.382)**
Circulante	**267.316**	**(195.395)**	**68.099**	**(135.023)**
Não Circulante	**34.966**	**(7.883)**	**1.353**	**(2.359)**

As operações de instrumentos financeiros derivativos, cujo único objetivo é proteção contra riscos dos ativos financeiros, têm como lastro as próprias operações ativas.

(b) Valores de referência (nocional) e valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de negociação

	2024		2023	
	Valor de Referência (nocional)	Valor justo líquido	Valor de Referência (nocional)	Valor justo líquido
Derivativo cambial	7.220.338	190.337	9.897.436	(106.375)
Derivativos de taxa de juros	2.031.356	(91.333)	50.505	2.770
Derivativos de índices	52.244		180.080	32.147
Derivativos de *commodities*			839.507	3.528
Total	**9.303.938**	**99.004**	**10.967.528**	**(67.930)**

(c) A composição dos valores de referência (nocional) dos instrumentos financeiros derivativos para negociação, por vencimento, é como segue:

	2024	2023
Até 30 dias	2.048.924	5.077.199
De 31 a 180 dias	6.010.369	5.329.610
De 181 a 360 dias	433.172	466.500
Acima de 360 dias	811.473	94.219
Total	**9.303.938**	**10.967.528**

Apresentamos abaixo os valores de referência e a receber/a pagar das operações de futuros:

Futuros	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Futuro de cupom de IPCA (DAP)		(1.140)	1.592.673
Futuro de cupom de cambial (DDI)	22.818		1.828.139
Futuro de taxa média de DI de um dia (DI1)		(2.799)	5.091.415
Futuro de reais por dólar comercial (DOL)	40.010		2.283.387
Posição – 31/12/2024	**62.828**	**(3.939)**	**10.795.614**
Posição – 31/12/2023	**9.521**	**(32.313)**	**23.610.496**

d) Operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas a *hedge*

(i) *Hedge* de Risco de Mercado

O objetivo do relacionamento do hedge do Banco Bmg é o de proteger, da exposição à variação no risco de mercado, as captações de depósito a prazo pós-fixadas indexadas ao Dólar frente ao CDI.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado das captações indexadas à variação cambial, o Banco negocia contratos de *swap* Dólar x DI. Em 05 de setembro de 2020 o Banco liquidou suas operações de captação indexadas à variação cambial objeto de hedge de Risco de Mercado, assim como os contratos de *swap* Dólar x DI designados como instrumento de hedge de Risco de Mercado. Em 31 de dezembro de 2024 o Banco não possuía saldo em aberto de contratos de swap Dólar x DI designados como instrumentos de hedge de Risco de Mercado, assim como não possui saldo de captação indexado à variação cambial como objeto de hedge de Risco de Mercado.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado dos CDB's indexados à variação do IPCA mais cupom, o Banco utiliza contratos futuros (DAP) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge. Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado no montante de R$32.756 (2023 – R$12.375).

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado das Letras Financeiras Subordinadas pré-fixadas, o Banco utiliza contratos futuros (DI1) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge. Estes futuros possuem vencimentos mais curtos do que as Letras Financeiras Subordinadas, estando prevista a

rolagem dos contratos para manter a eficácia da relação de hedge. Em 31 de dezembro de 2024 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado no montante de R$186.662 (2023 – R$99.056).

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado da Carteira de Crédito, o Banco Bmg passou a utilizar a partir de agosto de 2022 contratos futuros (DI1) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge. Em 31 de dezembro de 2024 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado negativo no resultado no montante de R$111.308.

(ii) *Hedge* de Fluxo de caixa

O objetivo do relacionamento do hedge do Banco Bmg é o de proteger parcela dos fluxos de caixa de pagamento a serem desembolsados nas captações de depósito a prazo pós-fixados indexados ao CDI para taxas prefixadas.

Para proteger os fluxos de caixa futuros de parcela das captações de depósitos a prazo contra a exposição à taxa de juros variável (CDI e IPCA), o Banco negocia contratos futuros de DI de 1 dia e DAP, negociados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo o valor presente a mercado das captações de R$2.013.163 (2023 – R$7.436.437). Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado devedor registrado no patrimônio líquido de R$121.283 (2023 – credor R$123.225), líquido dos efeitos tributários.

(d) Gestão de instrumentos financeiros derivativos

O Grupo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros (diferenciais) registrados em contas patrimoniais ou de compensação por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis.

O Grupo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (*Swap*, Opções, Termo e contratos de futuro) com o propósito de proteção dos ativos e passivos próprios e de seus clientes.

A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições visando liquidez, rentabilidade e segurança. A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, é parte integrante da boa prática e constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições.

Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como “VaR” não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de “*stress*”, acompanhados pelo ALCO.

8. Ativos financeiros ao custo amortizado – operações de crédito e devedores diversos

Ao custo amortizado

	2024	2023
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras	**7.041**	**9.699**
Relações com correspondentes	425	1.508
Relações de interdependências	6.616	8.191
Operações de crédito líquido	**23.953.083**	**22.006.665**
Devedores diversos	**805.838**	**1.091.421**
Baixas sem financeiro (i)	387.392	629.167
Provisões aos valores não recuperáveis (i)	(26.292)	(24.828)
Recebíveis de transações de pagamento	8.196	1.656
Valor a receber pela cessão de recebíveis	117.170	150.209
Outros	319.372	335.217
TOTAL	**24.765.962**	**23.107.785**
Circulante	**8.240.710**	**8.302.312**
Não Circulante	**16.525.252**	**14.805.473**

(i) Refere-se a valores de parcelas de operações de crédito consignado pendentes de repasse pelos órgãos públicos e provisões aos valores não recuperáveis.

Operações de crédito

(a) Composição

A composição, por classificação, dos saldos da carteira de crédito nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	2024	2023
Operações de crédito		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	26.368.902	23.882.857
Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)	(2.415.819)	(1.876.192)
Operações de crédito líquido	**23.953.083**	**22.006.665**
Circulante	**7.427.831**	**7.201.192**
Não Circulante	**16.525.252**	**14.805.473**

(b) Valor contábil bruto (Carteira de Crédito)

Reconciliação da carteira bruta das Operações de Crédito segregadas por estágio:

Estágio 1	Saldo Inicial em 01/01/2024	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2024
CDC - Crédito Pessoal	19.870.711	1.452.078	21.322.789
Pessoas físicas	1.578	(1.578)	
CDC - Veículos	38	(38)	
Carteira Comercial	2.006.236	(22.780)	1.983.456
Total	**21.878.563**	**1.427.682**	**23.306.245**
Estágio 2			
CDC - Crédito Pessoal	1.050.486	196.388	1.246.874
Pessoas físicas	1.159	(1.159)	
CDC - Veículos	5	(5)	
Carteira Comercial	10.898	4.816	15.714
Total	**1.062.548**	**200.040**	**1.262.588**
Estágio 3			
CDC - Crédito Pessoal	848.584	678.847	1.527.431
Pessoas físicas	925	1.449	2.374
CDC - Veículos	27	180	207
Carteira Comercial	92.210	177.847	270.057
Total	**941.746**	**858.323**	**1.800.069**
Consolidado dos 3 estágios			
CDC - Crédito Pessoal	21.769.781	2.327.313	24.097.094
Pessoas físicas	3.662	(1.288)	2.374
CDC – Veículos	70	137	207
Carteira Comercial	2.109.344	159.883	2.269.227
Total	**23.882.857**	**2.486.045**	**26.368.902**

Estágio 1	Saldo Inicial em 01/01/2023	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2023
CDC - Crédito Pessoal	18.759.420	1.111.291	19.870.711
Pessoas físicas	1.708	(130)	1.578
CDC - Veículos	3	35	38
Carteira Comercial	2.875.159	(868.923)	2.006.236
Total	**21.636.290**	**242.273**	**21.878.563**
Estágio 2			
CDC - Crédito Pessoal	937.278	113.208	1.050.486
Pessoas físicas	3.484	(2.325)	1.159
CDC - Veículos	12	(7)	5
Carteira Comercial	26.835	(15.937)	10.898
Total	**967.609**	**94.939**	**1.062.548**
Estágio 3			
CDC - Crédito Pessoal	1.173.646	(325.062)	848.584
Pessoas físicas	937	(12)	925
CDC - Veículos	59	(32)	27
Carteira Comercial	110.437	(18.227)	92.210
Total	**1.285.079**	**(343.333)**	**941.746**
Consolidado dos 3 estágios			
CDC - Crédito Pessoal	20.870.344	899.437	21.769.781
Pessoas físicas	6.129	(2.467)	3.662
CDC – Veículos	74	(4)	70
Carteira Comercial	3.012.431	(903.087)	2.109.344
Total	**23.888.978**	**(6.121)**	**23.882.857**

(c) Perda de crédito esperada

Estágio 1	Saldo Inicial em 01/01/2024	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2024
CDC - Crédito Pessoal	601.389	(75.867)	525.522
Pessoas físicas	70	(70)	
CDC - Veículos	2	(2)	
Carteira Comercial	15.213	34.124	49.337
Total	**616.674**	**(41.815)**	**574.859**
Estágio 2			
CDC - Crédito Pessoal	484.106	(35.052)	449.054
Pessoas físicas	330	(330)	
CDC - Veículos	1	(1)	
Carteira Comercial	707	(505)	202
Total	**485.144**	**(35.888)**	**449.256**
Estágio 3			
CDC - Crédito Pessoal	757.564	477.808	1.235.372
Pessoas físicas	608	1.766	2.374
CDC - Veículos	25	182	207
Carteira Comercial	16.177	137.574	153.751
Total	**774.374**	**617.330**	**1.391.704**
Consolidado dos 3 estágios			
CDC - Crédito Pessoal	1.843.059	366.889	2.209.948
Pessoas físicas	1.008	1.366	2.374
CDC - Veículos	28	179	207
Carteira Comercial	32.097	171.193	203.290
Total	**1.876.192**	**539.627**	**2.415.819**

Estágio 1	Saldo Inicial em 01/01/2023	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2023
CDC - Crédito Pessoal	573.283	28.106	601.389
Pessoas físicas	76	(6)	70
CDC - Veículos		2	2
Carteira Comercial	28.437	(13.224)	15.213
Total	**601.796**	**14.878**	**616.674**
Estágio 2			
CDC - Crédito Pessoal	465.924	18.182	484.106
Pessoas físicas	996	(666)	330
CDC - Veículos	4	(3)	1
Carteira Comercial	553	154	707
Total	**467.477**	**17.667**	**485.144**
Estágio 3			
CDC - Crédito Pessoal	1.072.018	(314.454)	757.564
Pessoas físicas	730	(122)	608
CDC - Veículos	55	(30)	25
Carteira Comercial	31.084	(14.907)	16.177
Total	**1.103.887**	**(329.513)**	**774.374**
Consolidado dos 3 estágios			
CDC - Crédito Pessoal	2.111.225	(268.166)	1.843.059
Pessoas físicas	1.802	(794)	1.008
CDC - Veículos	59	(31)	28
Carteira Comercial	60.074	(27.977)	32.097
Total	**2.173.160**	**(296.968)**	**1.876.192**

(d) Detalhes por setor de atividade

	2024	2023
Setor Privado:		
Indústria	382.415	322.033
Comércio	116.799	104.332
Intermediários financeiros	146.705	28.785
Outros serviços	1.526.906	1.369.867
Pessoas físicas	24.196.077	22.057.840
Total	**26.368.902**	**23.882.857**

Por prazo de vencimento

	2024		2023	
	Valor	**%**	**Valor**	**%**
Vencidos há mais de 14 dias	1.482.959	5,6%	1.030.271	4,3%
Vencidos há menos de 14 dias	45.880	0,2%	33.430	0,1%
A vencer:				
Até 30 dias	2.214.425	8,4%	2.864.009	12,0%
De 31 a 60 dias	633.723	2,4%	535.338	2,2%
De 61 a 90 dias	451.998	1,7%	524.465	2,2%
De 91 a 180 dias	1.314.462	5,0%	1.262.754	5,3%
De 181 a 360 dias	1.965.343	7,5%	2.496.887	10,5%
Acima de 360 dias	18.260.112	69,2%	15.135.703	63,4%
Total	**26.368.902**	**100%**	**23.882.857**	**100%**

(e) Movimentação da provisão para perdas por não recuperação (*impairment*)

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	**1.876.192**	**2.173.160**
Adição de provisão	1.885.183	1.555.222
Baixa de provisão	(1.345.556)	(1.852.190)
Saldo Total	**2.415.819**	**1.876.192**

9. Imobilizado

Os ativos tangíveis do Grupo dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Grupo não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e não é parte de qualquer contrato de arrendamento financeiro nos exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2023.

Movimentação do ativo imobilizado:

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, na demonstração do resultado.

	Terrenos e edificações	Sistema de processamento de dados	Instalações, móveis e equipamento de uso	Sistema de comunicação	Sistema de transporte	TOTAL
Em 31/12/2023						
Custo	16.686	134.823	156.848	3.721	12.968	325.046
Depreciação acumulada	(12.975)	(120.596)	(116.051)	(1.542)	(9.282)	(260.446)
Saldo contábil, líquido	**3.711**	**14.227**	**40.797**	**2.179**	**3.686**	**64.600**
Em 31/12/2024						
Saldo inicial	**3.711**	**14.227**	**40.797**	**2.179**	**3.686**	**64.600**
Adições		10.661	12.144	2.121	1.593	26.519
Baixas		(291)	(1.031)	(11)	(96)	(1.429)
Depreciação		(8.113)	(14.699)	(2.102)	(1.409)	(26.323)
Custo	16.686	145.193	167.961	5.831	14.465	350.136
Depreciação acumulada	(12.975)	(128.709)	(130.750)	(3.644)	(10.691)	(286.769)
Saldo contábil, líquido	**3.711**	**16.484**	**37.211**	**2.187**	**3.774**	**63.367**

Não há compromisso contratual para compra de imobilizado, também não foi dado em garantia nenhum ativo imobilizado.

10. Intangível

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	**1.538.062**	**1.339.854**
Aquisição de ativos intangíveis	(4.737)	321.352
(Amortizações de ativos intangíveis)	103.278	(123.144)
Saldo no final do exercício	**1.636.603**	**1.538.062**

	2024	2023
Ágio na aquisição de controlada	1.081.437	1.086.174
Outros Intangíveis – licença de softwares e outros	555.166	451.888
Saldo contábil, líquido	**1.636.603**	**1.538.062**

Em 18 de agosto de 2011, com a aquisição do Banco BCV S.A. (atual Banco BMG Consignado S.A.), foi apurado um ágio no montante de R$995.585.

O ágio apurado na aquisição do Banco BCV S.A. (atual Banco BMG Consignado S.A.) é alocado integralmente ao segmento de varejo.

Análise do valor recuperável:

Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio em 31/12/2024.

O valor recuperável dos ágios foi calculado com base do valor em uso. O cálculo utiliza projeções de resultado, com base no orçamento de 5 anos, aprovado pela administração. Na previsão de resultados foram consideradas taxas de desconto sensibilizadas de 10% a 15% e perpetuidade sensibilizadas de 3% a 5%.

11. Outros ativos

	2024	2023
Prêmios de seguros a receber	14.607	399.120
Despesas Antecipadas	383.274	400.167
Ativos de Direitos de Uso	60.427	78.319
Outros ativos	78.261	16.021
Total	**536.569**	**893.627**
Circulante	**314.168**	**160.741**
Não Circulante	**222.401**	**732.886**

12. Passivos financeiros

Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco, em 31/12/2024 e 31/12/2023 está demonstrada abaixo:

			2024
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	**Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado**	**Total**
Depósitos de clientes (nota 15)		25.009.524	**25.009.524**
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros (nota 13)		23.851	**23.851**
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 14)		1.931.958	**1.931.958**
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras (nota 16a)		5.855.399	**5.855.399**
Letras financeiras subordinadas (nota 17)		1.072.393	**1.072.393**
Outros passivos financeiros (nota 18)		1.005.054	**1.005.054**
Operações compromissadas (nota 16b)		6.931.150	**6.931.150**
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	203.278		**203.278**
Total	**203.278**	**41.829.329**	**42.032.607**
Circulante	**195.395**	**19.979.882**	**20.175.277**
Não circulante	**7.883**	**21.849.447**	**21.857.330**

	2023		
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Depósitos de clientes (nota 15)		26.481.832	**26.481.832**
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros (nota 13)		45.495	**45.495**
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 14)		655.403	**655.403**
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras (nota 16a)		3.867.869	**3.867.869**
Letras financeiras subordinadas (nota 17)		1.010.869	**1.010.869**
Outros passivos financeiros (nota 18)		953.126	**953.126**
Operações compromissadas (nota 16b)		3.577.479	**3.577.479**
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	137.382		**137.382**
Total	**137.382**	**36.592.073**	**36.729.455**
Circulante	**135.023**	**19.441.845**	**19.576.868**
Não circulante	**2.359**	**17.150.228**	**17.152.587**

13. Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros

	2024	2023
Obrigações por empréstimos (cessões com coobrigação)	23.851	45.495
Total	**23.851**	**45.495**
Circulante	**534**	**27.427**
Não Circulante	**23.317**	**18.068**

14. Obrigações por empréstimos e repasses

	2024	2023
Empréstimos no exterior	1.306.878	
Compromissos a pagar – FGC (i)	607.995	645.276
Repasses País – Finame / Crédito Rural	17.085	10.127
Total	**1.931.958**	**655.403**
Circulante	**1.365.341**	**10.127**
Não Circulante	**566.617**	**645.276**
Prazos:		
Até 30 dias	8.469	2.578
De 61 a 90 dias	1.240.962	
De 91 a 180 dias		7.549
De 181 a 360 dias	115.910	
Após 360 dias	566.617	645.276
Total	**1.931.958**	**655.403**

(i) Valores relativos ao empréstimo junto ao FGC – Fundo Garantidor de Crédito, com vencimento em 2026.

15. Depósito de clientes

	2024	2023
Depósito à vista	376.664	372.156
Depósitos interfinanceiros	157.772	49.493
Depósito a prazo	24.475.088	26.060.183
Total	**25.009.524**	**26.481.832**
Circulante	**10.465.349**	**13.692.685**
Não Circulante	**14.544.175**	**12.789.147**

Prazos

	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Em 31/12/2024							
Depósito à vista	376.664						**376.664**
Depósitos interfinanceiros	4.115	4.789	14.197	93.672		40.999	**157.772**
Depósito a prazo	689.335	620.245	1.010.286	2.883.514	4.768.532	14.503.176	**24.475.088**
Em 31/12/2023							
Depósito à vista	372.156						**372.156**
Depósitos interfinanceiros	8.762	1.701	12.856	26.174			**49.493**
Depósito a prazo	824.846	737.410	603.768	3.237.412	7.867.600	12.789.147	**26.060.183**

16. Obrigações por títulos e valores mobiliários, letras financeiras e Compromissadas

a) Obrigações por títulos e valores mobiliários, letras financeiras

	2024	2023
Debêntures	4.090.386	2.383.950
Letras Financeiras (i)	1.764.492	1.329.941
Letras de Crédito Agronegócio	521	135.487
Letras de Crédito Imobiliário		18.491
Total	**5.855.399**	**3.867.869**
Circulante	**238.078**	**1.186.135**
Não Circulante	**5.617.321**	**2.681.734**

(i) Em novembro de 2024, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 28 de outubro de 2024, o Bmg concluiu sua 5ª emissão de Letras Financeiras Públicas, no montante de R$300.000. As Letras Financeiras foram captadas de forma pulverizada junto a investidores institucionais com o objetivo de fomentar a liquidez do Banco e criar referência de curva de juros no mercado institucional.

Prazos	2024	2023
Até 30 dias	21.447	6.036
De 31 a 60 dias	1.318	31.034
De 61 a 90 dias	8.169	34.762
De 91 a 180 dias	61.900	563.021
De 181 a 360 dias	145.244	551.282
Após 360 dias	5.617.321	2.681.734
Total	**5.855.399**	**3.867.869**

b) Operações compromissadas são compostas por R$6.838.168 (2023 – R$3.550.767) de títulos públicos e R$92.982 (2023 – R$26.712) de títulos privados.

17. Letras financeiras subordinadas

	Emissão	Vencimento	Taxa de juros (a.a.)	2024	2023
No País (i):					
Letras financeiras subordinadas	1º trimestre/19	1º trimestre/26	124% do CDI	8.831	7.772
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	2º trimestre/26	122% do CDI	20.566	18.138
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	3º trimestre/29	124% da SELIC	1.061	1.070
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/22	2º trimestre/32	17,82% - Pré	261.848	161.039
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/22	2º trimestre/34	17,82% - Pré	13.973	161.048
Letras financeiras subordinadas	4º trimestre/22	4º trimestre/29	CDI + 3,9% a 4,7%	38.791	262.263
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/23	2º trimestre/30	14,2% a 14,5% - Pré	190.964	13.961
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/23	2º trimestre/30	128% do CDI	190.909	5.257
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/23	3º trimestre/30	128% do CDI	214.352	15.277
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/23	3º trimestre/30	13,7% a 14,2% - Pré	5.184	38.955
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/23	3º trimestre/33	CDI + 4,12%	15.069	215.287
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	Perpétua	IPCA + 6,51% a 6,58%	7.089	6.763
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	Perpétua	130% da Selic	2.353	100.405
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	Perpétua	126% da SELIC	100.133	2.354
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	Perpétua	126% da SELIC	1.270	1.280
Total				**1.072.393**	**1.010.869**
Circulante				**15.983**	**11.620**
Não Circulante				**1.056.410**	**999.249**

(i) Captações efetuadas mediante a emissão de Letras Financeiras com cláusula de subordinação, com vencimento e perpétuas, observadas as condições determinadas pelas Resoluções CMN 4.192/13 e 4.955/21, integralmente aprovadas pelo BACEN a compor o Capital Complementar e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco. As Letras Financeiras Subordinadas pré-fixadas, tem sua exposição à variação no risco de mercado protegidas por *hedge* (vide nota 7 (c) (ii)).

18. Outros passivos financeiros

	2024	2023
Obrigações sociais e estatutárias	110.454	212.690
Compromissos a pagar - Cartão	100.915	67.601
Cartão - Transações parceladas sem juros	313.773	362.198
Relações Interfinanceiras	419.489	299.919
Outros credores	60.423	10.718
Total	**1.005.054**	**953.126**
Circulante	**963.451**	**936.372**
Não Circulante	**41.607**	**16.754**

19. Provisões

	Provisões tributárias e previdenciárias (i)	Provisões trabalhistas (ii)	Reclamações cíveis (iii)	Total
Saldo no início do exercício – 2023	**123.396**	**64.255**	**633.793**	**821.444**
Constituição	29.889	31.332	467.352	**528.573**
(Reversão/Utilização)	(7.949)	(39.873)	(428.728)	**(476.550)**
Saldo no final do exercício – 2023	**145.336**	**55.714**	**672.417**	**873.467**
Constituição	137.625	133.960	480.550	**752.135**
(Reversão/Utilização)	(17.695)	(139.508)	(444.729)	**(601.932)**
Saldo no final do exercício – 2024	**(iv) 265.266**	**50.166**	**708.238**	**1.023.670**

(iv) Em decorrência da finalização do julgamento dos embargos de declaração opostos nos Recursos Especiais nº 949.297 e 955.227, no qual o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por não modular os efeitos da decisão de mérito, o risco da contingência da CSLL X Lei 7.689/88 X Coisa Julgada passou a ser classificado como perda provável, sendo provisionado o montante de R$63.344. E, em função do afastamento da cobrança das multas punitivas e moratórias nas situações abarcadas pelo julgamento dos temas 881 e 885, o montante de R$80.103 foi classificado como perda remota.

	Tributárias e previdenciárias	Trabalhistas	Reclamações cíveis	Total
31/12/2024				
Provisões	265.266	50.166	708.238	**1.023.670**
Depósitos judiciais	(468.366)	(7.138)	(79.914)	**(555.418)**
31/12/2023				
Provisões	145.336	55.714	672.417	**873.467**
Depósitos judiciais	(380.843)	(10.630)	(82.184)	**(473.657)**

O Grupo é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 2.14. A Administração do Grupo entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O Grupo, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvido em contingências conforme segue: a) Ativos contingentes - Não existem ativos contingentes contabilizados; b) Provisões – São classificados e demonstrados juntamente de seus depósitos judiciais, conforme segue:

(i) Provisão para riscos fiscais - As causas judiciais equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de auto-lançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for provável.

Os processos contingentes de ações fiscais avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de 1.265.088 (31/12/2023 – R$1.316.323), sendo que estas ações referem-se principalmente a processos judiciais de tributos federais.

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e outros assuntos.

Os principais questionamentos no Grupo são:

a) IRPJ/IRRF/CSLL 2012, 2014 a 2019 – R$449.057 (2023 – R$440.511): questiona-se o recolhimento de imposto de renda e contribuição social sobre despesas alegadamente indedutíveis;

b) IR e CS 2016 - R$ 84.783 (2023 - R$125.038): Dedução fiscal de Perdas em Operações de créditos - Lei nº 9.430/96;

c) PIS e COFINS – R$ 311.380 (2023 - R$243.878): Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa: discute-se a dedução das perdas com créditos nos termos da Lei nº 9.718/98;

d) INSS – Verbas não Remuneratórias – R$44.273 (2023 – R$36.462): questiona o recolhimento da parcela patronal sobre as participações dos Administradores, nos termos da Lei nº 8.212/91; e

e) SAT – Lei nº 11.430/06 – R$46.409 (2023 - R$42.030): discute-se a inconstitucionalidade e ilegalidade do SAT nos termos do artigo 21-A da Lei nº 8.213/91, introduzido pela Lei nº 11.430/06, com o consequente reconhecimento da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue as Associadas da Autora ao cumprimento de tais dispositivos, mantendo-se as redações originais regulamentares e legais.

(ii) Provisões Trabalhistas – A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido, fase processual e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As causas judiciais têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência e outros.

Os processos contingentes de ações trabalhistas avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Não há causas classificadas com risco de perda possível em 31 de dezembro de 2024, tais processos estão classificados com possibilidade de perda provável ou remota.

(iii) Provisões Cíveis - A provisão dos casos cíveis individualizados, processos com características peculiares, é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do risco e da probabilidade de perda. A provisão dos casos cíveis massificados é realizada periodicamente tendo como parâmetro a média da perda verificada temporalmente e aplicada na base de casos ativos. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Os processos cíveis são em geral decorrentes de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

Os processos contingentes de ações cíveis avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de R$542.949 (2023 – R$852.738), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças.

20. Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) correntes e diferidos

O Grupo apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda (i)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (i)	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (i)(*)	20,00%

(i) Vide nota 2.15

(*) Para as empresas não financeiras a alíquota é de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Os valores de compensação são os seguintes:

	2024	2023
Ativo de imposto diferido:		
A ser recuperado em até 12 meses	849.243	589.960
A ser recuperado depois de 12 meses	2.865.173	2.700.334
Total de ativo de imposto diferido (i)	**3.714.416**	**3.290.294**
Passivo de imposto diferido:		
A ser liquidado em até 12 meses	97.393	49.616
Total de passivo de imposto diferido	**97.393**	**49.616**
Ativo de imposto diferido líquido	**3.617.023**	**3.240.678**

(i) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Créditos tributários		
Sobre adições temporárias	3.484.595	2.935.449
Sobre prejuízos fiscais / base negativa	667.549	720.300
Contribuição social - MP 2.158/35	547	547
Ajuste valor de mercado no patrimônio	277.056	141.242
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de prática contábil entre BACEN GAAP e IFRS	(715.331)	(507.244)
Total de ativo de imposto diferido	**3.714.416**	**3.290.294**

Os créditos oriundos de diferenças temporárias ou prejuízos fiscais / bases negativas foram registrados pelo Grupo.

O Grupo adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas. Em 31 de dezembro de 2024 esses saldos têm as seguintes características:

- Os créditos tributários relacionados a adições temporárias referem-se principalmente a contingenciamentos discutidos judicialmente cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais e provisão para crédito de liquidação duvidosa cuja realização depende dos critérios de dedutibilidade nos termos da Lei nº 9.430/96.

(a) A movimentação dos créditos tributários pode ser demonstrada como segue:

	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Ajuste a valor de mercado no patrimônio	Outros	Total
Saldo inicial em 1° janeiro de 2024	**547**	**2.935.449**	**720.300**	**141.242**	**(507.244)**	**3.290.294**
Constituição		686.114	70.809	31.571	(208.087)	**580.407**
(Reversão/ Utilização)		(136.968)	(123.560)	104.243		**(156.285)**
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	**547**	**3.484.595**	**667.549**	**277.056**	**(715.331)**	**3.714.416**

	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Ajuste a valor de mercado no patrimônio	Outros	Total
Saldo inicial em 1° janeiro de 2023	**547**	**2.660.645**	**720.951**	**125.029**	**(388.897)**	**3.118.275**
Constituição		814.735	17.875	75.478	(118.347)	**789.741**
(Reversão/ Utilização)		(539.931)	(18.526)	(59.265)		**(617.722)**
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**547**	**2.935.449**	**720.300**	**141.242**	**(507.244)**	**3.290.294**

Os efeitos decorrentes dos ajustes de prática contábil estão incluídos na coluna de “Outros”.

(b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social na demonstração de resultado

	31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro (prejuízo) antes do IR/CS	**121.921**	**121.921**	**141.254**	**141.254**
Juros sobre capital próprio	(215.283)	(215.283)	(219.001)	(219.001)
Participações estatutárias	(122.208)	(122.208)	(71.492)	(71.492)
Juros sobre títulos e valores mobiliários não tributáveis	(120.409)	(120.409)	(18.641)	(18.641)
Adições (exclusões) permanentes:				
IR e CS sobre Juros Selic - Repetição de indébito (i)	(17.686)	(17.686)	(35.443)	(35.443)
Inovação tecnológica - Lei 11.196/05 (ii)	(137.715)	(137.715)	(119.612)	(119.612)
Outros	21.128	21.128	(20.102)	(20.102)
Base de cálculo	**(470.252)**	**(470.252)**	**(343.037)**	**(343.037)**
Alíquota base	52.476	69.969	48.659	64.879
Alíquota adicional	34.983		32.438	
Despesa (Receita) com Imposto de Renda e Contribuição Social	**87.459**	**69.969**	**81.097**	**64.879**

(i) Efeito da decisão do STF – Tema nº 962 – Não incidência de IRPJ e CSLL sobre valores atualizados pela taxa Selic decorrentes de ação judicial de repetição de indébito tributário; e

(ii) Lei n° 11.196/2005, art.17, inciso I.

(c) Outros impostos e contribuições a recuperar: Referem-se substancialmente a crédito de COFINS no valor de R$297.854 (2023 - R$287.253) e recuperação de IR/CSLL referente a decisão do STF - Tema nº 962 - Não incidência de IRPJ e CSLL sobre valores atualizados pela taxa Selic decorrentes de ação judicial de repetição de indébito tributário no valor de R$ 81.329 (2023 - R$90.373).

21. Outros passivos

	2024	2023
Obrigações de operações de seguros	75.506	612.462
Provisão para pagamentos a efetuar	538.728	460.714
Credores diversos	13.293	617.687
Total – Circulante	**627.527**	**1.690.863**
Circulante	**527.094**	**30.860**
Não Circulante	**100.433**	**1.660.003**

22. Capital social e reservas

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R$3.742.572, representado por 583.232.411 (quinhentos e oitenta e três milhões, duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos e onze) ações, das quais 372.696.198 (trezentos e setenta e dois milhões, seiscentos e noventa e seis mil e cento e noventa e oito) ações ordinárias e 210.536.213 (duzentos e dez milhões, quinhentos e trinta e seis mil e duzentos e treze) de ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em reunião realizada em 05 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração do Banco, deliberou a aprovação de um novo programa de recompra de ações, que passou a vigorar a partir de 8 de janeiro de 2024, autorizando a aquisição de até 13.273.760 ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, correspondentes a até 10,00% (dez por cento) das ações em circulação, reduzido do número atual de ações em tesouraria, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos e demais beneficiários do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 30 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e na Resolução CVM nº 77/22.

As operações de aquisições do novo programa serão efetuadas em bolsa de valores, no período entre 8 de janeiro de 2024 à 2 de julho de 2025, a valor de mercado.

					Ações em tesouraria
	Ações em tesouraria 31/12/2023	**Aquisição de ações de emissão própria**	**Pagamento baseado em ações**	**Outras saídas**	**Ações em tesouraria 31/12/2024**
Quantidade	**158.999**	6.600.893	(3.993.293)	(16.290)	**2.750.309**
Saldo em milhares de reais	**(353)**	(24.771)	13.969	54	**(11.101)**

	Movimentação na quantidade ações	
	2024	**2023**
Ordinária	372.696.198	372.696.198
Preferencial	210.536.213	210.536.213
Saldo	**583.232.411**	**583.232.411**

	Quantidade de ações em circulação (i)		
	Ordinária	**Preferencial**	**Total**
Em 31/12/2023	**26.868.119**	**134.168.591**	**161.036.710**
Variação em ações em tesouraria		(2.591.310)	**(2.591.310)**
Variação das ações detidas por controladores e administradores		(873.172)	**(873.172)**
Em 31/12/2024	**26.868.119**	**130.704.109**	**157.572.228**

(i) Define-se como ações em circulação, consoante ao art. 67, da Resolução CVM 80/22, todas as ações do emissor, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e daquelas mantidas em tesouraria.

(b) Outros Resultados Abrangentes

Em dezembro de 2024 foram realizados ajustes de outros resultados abrangentes no valor positivo de R$165.995 (31/12/2023 – positivo de R$19.816). O saldo em 31/12/2024 é positivo em R$338.624 (31/12/2023 – positivo em R$172.629) e refere-se principalmente à marcação a mercado de Instrumentos Financeiros Classificados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e do Hedge de Fluxo de Caixa.

(c) Reservas de lucros

	2024	2023
Reserva de Lucros		
Legal	169.826	148.828
Incentivos fiscais	5.894	5.894
Estatutária	547.409	333.595
Total	**723.129**	**488.317**

As movimentações ocorridas nas reservas de lucros referem-se à constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro líquido do exercício e, do restante não distribuído para reserva estatutária, conforme descrito abaixo.

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Incentivos fiscais: Oriundas dos valores das opções por incentivos fiscais de imposto de renda.

(d) Juros sobre capital próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Os juros sobre Capital Próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º, e alterações, faculta às empresas a dedução do Lucro Real e da base de Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio líquido a título de remuneração ao acionista.

Em 31 de dezembro de 2024 os Juros sobre o Capital Próprio totalizaram o montante de R$215.600, dos quais R$49.000 referentes ao 1º trimestre de 2024, foram pagos em 16 de maio de 2024, R$49.000 referentes ao 2º trimestre de 2024, foram pagos em 15 de agosto de 2024 e R$49.000 referentes ao 3º trimestre de 2024, foram pagos em 08 de novembro de 2024.

Conforme fato relevante divulgado em 28 de novembro de 2024, os Juros sobre o Capital Próprio referentes ao 4º trimestre de 2024 totalizaram o montante R$68.600, equivalente a R$0,01180 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco, com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R$0,01003 por ação. O Pagamento aos acionistas foi efetuado em 18 de dezembro de 2024.

(e) Lucros ou prejuízos acumulados

Os ajustes referentes às diferenças entre as práticas contábeis BRGAAP e IFRS que tiveram impacto no balanço patrimonial, tiveram suas contrapartidas nesta rubrica. Adicionalmente, transitam nesta rubrica os lucros dos referidos exercícios.

23. Lucro por ação

(a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Banco, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o trimestre. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas. Entretanto, não existem ações ordinárias e preferenciais potenciais no Banco, para fins de diluição e, portanto, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

Lucro por ação

	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	252.860	267.921
Quantidade média ponderada de ações emitidas	582.293.670	583.051.171
Lucro básico e diluído por ação (em Reais)	0,4342	0,4595

24. Resultado

(a) Receitas e despesas de juros, rendimentos e encargos similares

Apresentamos a seguir a composição das receitas e despesas de juros, rendimentos e encargos similares:

	2024	2023
Receita de juros e rendimentos similares	**8.743.116**	**7.402.813**
Juros sobre operações de crédito	6.787.409	6.376.084
Juros sobre outros empréstimos recebíveis	420.879	193.846
Juros de outros ativos financeiros	1.534.828	832.883
Despesa de juros e encargos similares	**(4.029.407)**	**(4.752.834)**
Captação no mercado	(850.157)	(1.861.733)
Empréstimos e repasses	(92.880)	(75.231)
Depósitos a prazo	(3.086.370)	(2.815.870)
Total	**4.713.709**	**2.649.979**

(b) Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros

	2024	2023
Resultado de ajuste de *Swap*/Termo/Opções	558.546	(270.305)
Resultado de operações com futuro	(1.730.452)	757.524
Marcação a mercado de outros ativos financeiros	(50.355)	5.152
Total	**(1.222.261)**	**492.371**

(c) Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Salários e encargos sociais	(359.422)	(342.088)
Benefícios	(193.818)	(151.305)
Treinamento	(1.494)	(3.412)
Depreciação e amortização	(150.718)	(123.144)
Marketing	(61.985)	(95.448)
Promoções e relações públicas	(10.368)	(9.348)
Comunicações	(31.667)	(30.165)
Processamento de dados	(213.225)	(192.499)
Seguros	(11.645)	(10.639)
Serviços de terceiros	(132.661)	(181.912)
Serviços técnicos especializados	(302.047)	(355.346)
Materiais diversos	(3.404)	(2.506)
Taxas e emolumentos bancários	(28.572)	(26.675)
Transportes	(3.540)	(4.626)
Viagens	(22.525)	(19.722)
Despesa com operações de arrendamento	(34.365)	(32.663)
Outras despesas administrativas	(134.742)	(121.192)
Total	**(1.696.198)**	**(1.702.690)**

(d) Despesas tributárias

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo total de despesas tributárias foi de R$142.116 (2023 – R$ 177.503). Este valor refere-se basicamente a despesas de PIS (Programa de Integração Social) no montante de R$20.242 (2023 – R$ 20.033) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) no montante de R$121.874 (2023 – R$ 121.341).

(e) Outras receitas e despesas operacionais

	2024	2023
Outras receitas operacionais		
Recuperação de encargos e despesas	22.327	20.384
Variação monetária e cambial (líquida)	44.885	53.890
Receita com operações de seguro	506.002	291.487
Ganho de Participação Societária	85.704	39.860
Atualização de impostos a compensar	4.330	3.536
Participação sobre prêmios emitidos		10.886
Receitas com franquias	9.812	7.161
Juros sobre direitos creditórios	407.054	226.029
Outras	22.891	58.276
Total	**1.103.005**	**711.509**
Outras despesas operacionais		
Despesas de cobranças	(426)	(740)
Despesas de interveniências de repasses de recursos	(128.160)	(123.733)
Despesas de provisões operacionais (i)	(542.802)	(443.950)
Despesas com operações de seguro	(318.166)	(182.207)
Outras	(202.026)	(103.185)
Total	**(1.191.580)**	**(853.815)**
Total outras receitas (despesas) operacionais	**(88.575)**	**(142.306)**

(i) Na rubrica “Despesa de provisões operacionais” está registrada, basicamente, despesas de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

25. Receitas de prestação de serviços

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo referente a receitas de prestação de serviços foi de R$ 173.042 (2023 – R$256.211). Esse saldo refere-se basicamente a rendas de tarifas bancárias de R$102.989 (2023 – R$144.669) e receita com intercâmbio de cartões R$61.616 (2023 – R$40.264).

26. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos pagos e os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram calculados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as demonstrações individuais do Banco conforme demonstradas a seguir:

	2024	2023
Lucro líquido BRGAAP	419.957	204.662
Constituição da reserva legal (5%)	(20.998)	(10.233)
Base de cálculo dos dividendos	398.959	194.429
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	99.740	48.607

Assim, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, ao final de cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

27. Transações com partes relacionadas

(a) As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas. Os principais saldos mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
Partes Relacionadas	**2024**	**2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Aplicação Interfinanceiras de liquidez				
BMG Bank (Cayman) Ltd.	3.224.959	2.385.204	256.506	161.540
Títulos e valores mobiliários				
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II	1.672.793	2.856.793	189.893	358.118
Operações de crédito				
Pessoal chave da Administração	4.863	4.218		
Outras partes relacionadas – Pessoas Jurídicas	160.332	44.262	3.669	11.049
Rendas a Receber				
Banco Cifra S.A.	32.397	18.060		
Banco BMG Consignado S.A.	79.713	53.010		
BMG Leasing S.A. – Arrendamento mercantil	61.975	43.449		
Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários	1.292	1.206		
Araujo Fontes Participações Ltda.	20.744	6.241		
Outros Créditos				
Banco BMG Consignado S.A.	2.882	937		
Cmg Corretora De Seguros	506			
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda	74	149		
Rarolabs - Raro Recrutamento Em Ti Ltda.	402	184		
Depósitos à vista				
BMG Leasing S.A. – Arrendamento mercantil	(995)	(248)		
Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários	(3.951)	(1.986)		
Help Franchising	(955)	(668)		
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda	(1.532)	(1.336)		
ME Promotora de Vendas Ltda	(738)	(463)		
BMG Soluções Eletrônicas S.A.		(14)		
Bmg Participações Em Negócios Ltda	(1.015)	(35)		
Cmg Corretora De Seguros	(1.689)	(1.867)		
Bmg Seguridade	(1.105)	(896)		
Holding Seguradoras	(61)	(211)		
Rarolabs Raro Recrutamento Em Ti Ltda.	(2.111)	(2.525)		
Granito Soluções em Pagamentos S.A.	(12.492)	(19.064)		
MG Seguros	(3.965)	(434)		
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda		(33)		
Depósitos interfinanceiros				
Banco BMG Consignado S.A.	(832.857)	(994.691)	(57.606)	(132.592)
Banco Cifra S.A.	(273.137)	(800.067)	(50.153)	(99.189)
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(380.040)	(1.062.552)	(73.975)	(132.639)
Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários		(8.536)	(1.005)	(1.046)
Depósitos a prazo				
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda		(2.809)	58	(21)
Rarolabs Raro Recrutamento Em Ti Ltda.	(6.025)	(5.389)	(62)	(13)
MG Seguros		(3.121)		(229)
Bmg Seguridade	(40.568)	(4.082)	(1.819)	(73)
Bmg Participações em Seguradoras Ltda.	(15.606)	(1.203)	(995)	(347)
Help Franchising	(35.641)	(21.720)	(3.103)	(2.103)
ME Promotora de Vendas Ltda.	(18.372)	(17.635)	(1.965)	(1.795)
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	(206.041)	(320.138)	(31.386)	(55.325)
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	(553)	(496)	(57)	(60)
Bmg Participações Em Negócios Ltda.	(2.665)	(8.589)	(337)	(1.132)
Cmg Corretora De Seguros	(73.968)	(32.133)	(5.672)	(5.109)
Obrigações por letras financeiras				
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.		(280.769)	(12.006)	(54.201)
Outras obrigações				
Banco Cifra S.A.	(15)	(176)		
Banco BMG Consignado S.A.	(191)	(244)		
Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários	(9.544)	(1.004)		
EGL – Empreendimentos Gerais Ltda.	(15)	(30)		
Rarolabs - Raro Recrutamento Em Ti Ltda.	(132)	384		
O2OBOTS inteligência artificial S.A.	(558)	(537)		

(b) Benefícios de curto prazo a administradores

	2024	2023
Remuneração	56.198	61.918
Contribuição INSS	12.644	13.932
Total	**68.842**	**75.850**

(c) Pagamento baseado em ações

Com objetivo de estimular o desenvolvimento de visão de longo prazo e alinhamento entre interesses de colaboradores, diretores e acionistas do Grupo Bmg possibilitando a Companhia atrair e reter talentos, maximizar a geração de resultados e incentivar criação de valor de forma sustentável, foi implantado em 2020 um Plano de Incentivo de Longo Prazo com pagamento baseado em Ações, cuja supervisão, planejamento e controle compete ao Conselho de Administração.

Este programa permite que diretores e demais colaboradores elegíveis recebam ações preferenciais de emissão da Companhia "BMGB4", como um incentivo de longo prazo compondo suas respectivas remunerações variáveis (*"Performance Shares Units"* ou "PSU"), observadas, quando aplicáveis, as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10, o Pronunciamento Técnico CPC 10/IFRS 2 "Pagamento Baseado em Ações" e a Política de Remuneração de Administradores da Companhia.

A quantidade de ações a ser outorgadas no âmbito do presente plano não ultrapassará 10% das ações em circulação e serão avaliadas de acordo com a média ponderada do preço de fechamento da ação nos 20 pregões imediatamente anteriores à data da apuração do PSU.

Alinhado ao Plano de Incentivo de Longo Prazo com pagamento baseado em Ações, o Banco pagou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o montante de R$12.644 a diretores e demais colaboradores elegíveis, líquido dos efeitos tributários.

(d) Outras informações

De acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.693, a partir de janeiro de 2019, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, mediante ao atendimento de condições e limites definidos pela citada resolução. Dessa forma, o Banco Bmg estabeleceu política para realização de operações de crédito com partes relacionadas, devidamente aprovada pelo do Conselho de Administração e formalizada em documento específico mantido à disposição do Banco Central do Brasil.

(e) Participação acionária

Os membros do conselho de administração e da diretoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária no Bmg:

		2024
Ações ordinárias e preferenciais	**Quantidade**	**%**
Conselho de Administração	151.486.762	26,0%
Diretoria	908.756	0,2%
Outros	430.836.893	73,8%
Total	**583.232.411**	**100%**

		2023
Ações ordinárias e preferenciais	**Quantidade**	**%**
Conselho de Administração	151.109.456	25,9%
Diretoria	412.890	0,1%
Outros	431.710.065	74,0%
Total	**583.232.411**	**100%**

28. Outras informações

(a) Compromissos e Garantias

Os avais e fianças prestadas pelo Grupo a clientes montam R$166.970 (2023 – R$210.744) e estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários.

(b) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Com objetivo de permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, cujos vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes, o Conglomerado Bmg, ao amparo da Resolução n° 3.263, de 24/02/2005, do CMN, firmou acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas.

(c) Fatos relevantes

Em relação aos Fatos Relevantes divulgados em 29 de outubro de 2020 e 3 de novembro de 2020, referentes as operações “Macchiato”, e “Descarte”, em cumprimento à decisão da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, bem como a autuação da Receita Federal em relação à glosa de pagamentos realizados a determinados fornecedores, o Banco informa que não há atualizações e que não foram encontrados, no acervo informacional do Banco disponível à Investigação, nenhuma irregularidade que corrobore a ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro, de corrupção ou contra o Sistema Financeiro Nacional.

(d) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

As demonstrações financeiras individuais do Banco Bmg S.A. são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) diferentemente das demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standard Board” (“IASB”). Em atendimento a Resolução CMN nº 4.818/20, destacamos que a principal diferença entre o Lucro Líquido Individual e Consolidado decorre da adoção do modelo de cálculo de perda incorrida (Individual) para perda esperada (Consolidado). Com relação ao Patrimônio Líquido informamos que as principais diferenças entre o Patrimônio Líquido Individual e Consolidado decorrem, adicionalmente à diferença do modelo de cálculo de perda, pela reversão das amortizações dos ágios realizados nas demonstrações financeiras individuais e pela alteração no modelo de classificação e mensuração dos ativos financeiros.

Considerando a adoção da Resolução CMN 4.966/21 e normativos complementares nas demonstrações financeiras individuais das instituições financeiras do BMG, destacamos que, a partir de 01/01/2025, a diferença no cálculo da perda esperada dos ativos financeiros será reduzida substancialmente em relação aquele adotado para fins das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS. Desta forma, a principal diferença entre o Lucro Líquido e Patrimônio Líquido decorrerá, basicamente, pela reversão das amortizações dos ágios realizados nas demonstrações financeiras consolidadas e pela alteração no modelo de classificação e mensuração dos ativos financeiros.

(e) Resultado não operacional

Em dezembro de 2024, refere-se, basicamente, ao resultado não operacional positivo de alienação de 50% da Granito Instituição de Pagamento S.A. para o Banco Inter S.A., no montante de R$85.704, e, ao resultado negativo de avaliação a valor justo da BMG Seguros S.A., no montante de R$18.566 (vide nota 4.10). Em dezembro de 2023, refere-se basicamente, ao resultado não operacional positivo do ressarcimento de operações das parcerias, com a Generali Brasil, no montante de R$61.027 e a da Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A., no montante de R$39.860 e a alienação de direitos de uso de ativos no montante de R$19.152.

(f) Evento Subsequente

Em continuidade ao Comunicado ao Mercado divulgado no dia 05 de setembro de 2024, em 05/01/2025 foi concluída a operação de venda, para a Dayprev, da totalidade das ações ordinárias detidas pela Bmg

Participações em Negócios Ltda., sociedade controlada pelo Banco, na Bmg Seguros (nota 4.2) pelo montante de R$ 92.328.

A Operação faz parte da estratégia do Banco de concentrar esforços na execução das suas principais linhas de negócio, com o objetivo de crescer e gerar resultados sustentáveis aos seus acionistas e demais stakeholders.

O Banco mantém seu foco de atuação em seguridade no varejo, por meio da Bmg Seguradora e da Bmg Corretora, que têm como propósito permitir o acesso simples das pessoas e famílias a uma realidade mais protegida.

ANEXO I - Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado a seguir não é exigida pelas normas em IFRS, mas estão sendo apresentadas como informações complementares, conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e foi derivado das demonstrações financeiras consolidadas do Banco e preparada de acordo com as normas em IFRS.

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
1 – Receitas	**7.200.919**	**7.621.513**
Intermediação financeira	7.520.855	7.895.184
Prestação de serviços	173.042	256.211
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(1.885.183)	(1.555.222)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	180.602	190.928
Outras receitas operacionais	1.103.005	711.509
Não operacionais	108.598	122.903
2 – Despesas	**5.256.978**	**5.612.712**
Despesas da intermediação financeira	4.029.407	4.752.834
Outras despesas operacionais	1.191.580	853.815
Não operacionais	35.991	6.063
3 – Insumos adquiridos de terceiros	**956.381**	**1.050.078**
Materiais, energia e outros	172.316	154.059
Serviços de terceiros	132.661	181.912
Outros	**651.404**	**714.107**
Comunicação	31.667	30.165
Propaganda, promoções e publicidade	72.353	104.796
Processamento de dados	213.225	192.499
Serviços técnicos especializados	302.047	355.346
Taxas e emolumentos bancários	28.572	26.675
Transporte	3.540	4.626
4 – Valor adicionado bruto (1 – 2 – 3)	**987.560**	**958.723**
5 – Depreciação e amortização	**150.718**	**123.144**
6 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4 – 5)	**836.842**	**835.579**
7 – Valor adicionado recebido em transferência	**68.295**	**12.646**
Resultado de equivalência patrimonial	68.295	12.646
8 – Valor adicionado a distribuir (6 + 7)	**905.137**	**848.225**
9 – Distribuição do valor adicionado	**905.137**	**848.225**
9.1 Pessoal	**477.133**	**427.858**
Remuneração direta	267.616	245.252
Benefícios	195.312	154.717
FGTS	14.205	27.889
9.2 Impostos, contribuições e taxas	**114.290**	**100.474**
Federais	98.373	84.931
Estaduais	634	409
Municipais	15.283	15.134
9.3 Remuneração de capitais de terceiros	**34.365**	**32.663**
Operações de arrendamento	34.365	32.663
9.4 Remuneração de capitais próprios	**279.349**	**287.230**
Lucros retidos do exercício	252.860	267.921
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	26.489	19.309

* * *

Carlos Andre Hermesindo da Silva
(Diretor de Controladoria e Finanças)

Marco Antonio Antunes
(Presidente e Membro Especialista do Comitê de Auditoria)

Emerson Jezuino Teodoro Silvestre
CRC - 1SP183479/O-1
(Contador Responsável)

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480/09, os Diretores do Banco Bmg S.A., declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE E DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso V da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480/09, os diretores do Banco Bmg S.A., declaram que, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 divulgadas nesta data, bem como que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. e no parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2025.

Diretores
Carlos Andre Hermesindo da Silva
Flávio Pentagna Guimarães Neto